

# CADERNO DE SQUIBS

Temas em estudos formais da linguagem

V.1 N.1, 2015

# **Caderno de *Squibs*:**

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA LINGUAGEM

v. 1 · n. 1 · 2015

---

## ORGANIZADORES

**Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles**

Universidade de Brasília

**Marcus Vinícius da Silva Lunguinho**

Universidade de Brasília

**Paula Guedes Baron**

Universidade de Brasília

**Elisabete Luciana Morais Ferreira**

Universidade de Brasília

**Bruna Elisa da Costa Moreira**

Universidade de Brasília

**Cristiany Fernandes da Silva**

Universidade de Brasília

## APOIO

**Laboratório de Estudos Formais da Gramática – LEFOG**

**Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL**



**Universidade de Brasília**

## CONSELHO EDITORIAL

**Paula Guedes Baron**

Universidade de Brasília

**Elisabete Luciana Morais Ferreira**

Universidade de Brasília

**Marcus Vinícius da Silva Lunguinho**

Universidade de Brasília

**Bruna Elisa da Costa Moreira**

Universidade de Brasília

**Rozana Reigota Naves**

Universidade de Brasília

**Eloisa Nascimento Silva Pilati**

Universidade de Brasília

**Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles**

Universidade de Brasília

**Cristiany Fernandes da Silva**

Universidade de Brasília

**Helena da Silva Guerra Vicente**

Universidade de Brasília

## CONSELHO CIENTÍFICO

**Déborah Christina de Mendonça Oliveira**

Universidade Católica de Brasília

**Lilian Coelho Pires**

Universidade Federal de Roraima

**Keli Cristiane Eugênio Souto**

Universidade Estadual de Montes Claros

**Zenaide Dias Teixeira**

Universidade Estadual de Goiás

CAPA

André Maya Monteiro  
Vitor Teles Ferreira

ARTE DA CAPA

Cristiany Fernandes da Silva

DIAGRAMAÇÃO

Bruna Elisa da Costa Moreira

REVISÃO DE TEXTO

Elisabete Luciana Morais Ferreira  
Paula Guedes Baron

COLABORAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA

Ezekiel J. Panitz

Linguística. UnB. Caderno de *Squibs*: temas em estudos formais da linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG). Vol.1, N.1 (ago. 2015). Brasília, DF: Universidade de Brasília. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Semestral. 2015.  
ISSN: 2447-1372 (VERSÃO ON-LINE)  
CDD 410  
CDU 81

## NOTA INICIAL

### Sobre o termo *squib* em Linguística

O termo *squib*, tal qual se conhece em Linguística, é uma criação atribuída ao linguista John Robert Ross e se refere a um gênero textual que ficou popular a partir dos anos 1960 com a revista *Linguistic Inquiry*, que teve Ross como um dos primeiros responsáveis pela seção destinada justamente à publicação desse tipo de textos, denominada *Squibs and Discussion*.<sup>1</sup>

Como um gênero textual, o *squib* apresenta características específicas tanto de forma quanto de conteúdo. No que se refere à forma, um *squib* é um texto curto, cuja extensão é medida em termos de páginas ou de número de palavras a depender do periódico. Por exemplo, na revista *Linguistic Inquiry*, o manuscrito de um *squib* não pode ultrapassar doze páginas escritas em espaço duplo.<sup>2</sup> Já na revista brasileira *D.E.L.T.A. (Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada)*, o manuscrito de um *squib* deve ter extensão máxima de 6000 palavras.<sup>3</sup>

No que se refere ao conteúdo, um *squib* é um texto que aborda questões pontuais, tanto de natureza teórica quanto empírica. Do ponto de vista teórico, um *squib* pode trazer uma reflexão crítica sobre aspectos internos de uma teoria, tais como inconsistências internas, pressupostos que não estão apresentados de maneira explícita ou que precisam ser incorporados de modo a que essa teoria possa fazer as previsões corretas e/ou desejáveis. Já do ponto de vista empírico, um *squib* pode apresentar um conjunto de dados que servem para confirmar as previsões de uma teoria ou que se configuram como problemas para essa teoria. Os problemas apontados no *squib* podem ou não ser resolvidos. Além dessas questões teóricas e empíricas, um *squib* também pode servir para trazer à luz para a comunidade científica uma literatura pouco conhecida ou esquecida, em que questões importantes ou dados relevantes são discutidos. Em resumo, a função de um *squib* é fomentar a pesquisa ou apresentar observações teóricas que são de interesse para a pesquisa.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup>Segundo o que se apresenta em: <https://www.ucl.ac.uk/pals/research/linguistics/li-squibs>. Nessa página, o leitor pode ainda ter acesso a um depoimento do próprio Ross acerca da etimologia da palavra *squib*.

<sup>2</sup>De acordo com as orientações que se encontram em: <http://www.mitpressjournals.org/page/sub/ling>.

<sup>3</sup>Conforme se lê nas orientações constantes em: <http://www.scielo.br/revistas/delta/iinstruc.htm>.

<sup>4</sup>As informações deste parágrafo são, em grande parte, baseadas em: <http://www.ledonline.it/snippets/>.

## APRESENTAÇÃO

Esta primeira edição do **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem** marca uma fase importante do Laboratório de Estudos Formais da Gramática da Universidade de Brasília (LEFOG/UnB). Na busca de um espaço para socialização do conhecimento por meio da discussão de resultados de pesquisas em andamento ou de pesquisas concluídas, o LEFOG inaugurou em 2007 o *Ciclo de Palestras: Temas em Teoria Gerativa*. O ciclo de palestras teve, ao todo, 12 edições, as quais contaram com a participação de pesquisadores da própria UnB e de pesquisadores vinculados a outras instituições de ensino superior. Neste ano de 2015, resolveu-se reavivar o *Ciclo de Palestras: Temas em Teoria Gerativa*, transformando-o em um evento regular. Assim nasceu o evento *Tardes Gerativas*, resultado de um trabalho conjunto de alunos e de professores — todos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB e cujas pesquisas se desenvolvem no âmbito do LEFOG. O *Tardes Gerativas* é um evento mensal, organizado quase inteiramente por alunos e voltado especialmente para eles. Trata-se de um espaço institucional em que eles se encontram com professores, com colegas e com convidados externos para apresentar e discutir aspectos de suas pesquisas, desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Apesar de o foco principal do *Tardes Gerativas* serem as pesquisas dos nossos alunos, há também espaço para apresentação de professores e de pesquisadores internos ou externos à UnB. Neste primeiro semestre de 2015, o *Tardes Gerativas* teve quatro edições nas quais 16 trabalhos foram apresentados e discutidos.

Como consequência natural da criação de um momento para discutir resultados de pesquisas em andamento ou de resultados de pesquisas concluídas, surgiu a proposta de publicar esses resultados, para que um público maior, interessado em abordagens formais da gramática, também pudesse ter acesso ao texto escrito das apresentações. Começava aí a ideia deste Caderno de *Squibs*. As características formais e linguísticas de um *squib* se ajustavam perfeitamente ao fato de que a maioria dos trabalhos apresentados no *Tardes Gerativas* trazia resultados parciais de pesquisas em andamento, mas que já contavam com um conjunto de dados significativo a ser investigado ou com uma questão pertinente ao debate na área de Linguística Formal. A inspiração para a organização do Caderno de *Squibs* veio da iniciativa pioneira e bem sucedida-

da de publicação de *Snippets*, uma variedade de *squib*, que se caracteriza por ser mais curta e condensada.<sup>1</sup>

O **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem**, tem como objetivos: a) reunir textos de pesquisa em andamento ou aspectos relevantes de pesquisas já concluídas que se desenvolvem dentro de uma perspectiva formal dos estudos linguísticos e b) contribuir para o enriquecimento do debate na área de Linguística Formal no Brasil.

Convém destacar que essa é uma iniciativa inovadora em dois aspectos. Apesar de haver, no Brasil, periódicos na área de Linguística em que há espaço para a publicação de *squibs*, este **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem** se configura como o primeiro espaço — de que nós temos notícia — que se destina exclusivamente à publicação de *squibs*. Além disso, ele também é o primeiro no Brasil a publicar *squibs* sobre aspectos que envolvam abordagens formais no estudo da gramática.

Esta primeira edição conta com seis textos, sendo cinco deles referentes a alguns dos trabalhos apresentados no *Tardes Gerativas* deste primeiro semestre de 2015 e um deles um *squib* convidado. Destacamos que o **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem** pretende expandir o seu alcance para além dos trabalhos apresentados no *Tardes Gerativas*. Com o intuito de estabelecermos um diálogo mais amplo e rico com outras instituições, nacionais e internacionais, em edições futuras, acolheremos submissões de trabalhos de estudantes, pesquisadores e professores, elaborados na perspectiva da Linguística Formal.

Gostaríamos de deixar registrados os nossos sinceros agradecimentos a todos os envolvidos nestes dois projetos, especialmente:

Aos professores do Laboratório de Estudos Formais da Gramática, pelo apoio e pelo incentivo;

Aos alunos responsáveis pela organização das quatro edições do *Tardes Gerativas*, evento esse que forneceu a maioria dos trabalhos que aqui se apresentam;

Aos participantes das quatro edições do *Tardes Gerativas*, que prontamente atenderam ao convite dos organizadores desta edição do **Caderno de *Squibs*** e submeteram seus textos para apreciação;

Aos pareceristas anônimos, que nos ajudaram a selecionar os artigos que compõem o presente volume;

A Ezekiel J. Panitz (UCL), pela gentileza de revisar os *abstracts* dos *squibs*;

A Vitor Nóbrega (USP), por aceitar prontamente o convite de escrever um *squib* para fazer parte deste volume; e

Ao Serviço de Gerenciamento de Informação Digital (GID) da Biblioteca Central (BCE) da UnB, por todo o apoio prestado aos organizadores em todas as fases de elaboração deste

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.ledonline.it/snippets/>.

Caderno de *Squibs*.

Esperamos que a leitura desse **Caderno de *Squibs*: Temas em Estudos Formais da Linguagem** seja proveitosa e que ele sirva ao propósito que se espera de um *squib*: contribuir, de modo relevante, para a pesquisa na área de Linguística Formal, por meio de observações importantes acerca de dados já conhecidos na literatura (ou de dados novos) ou por meio da apresentação ou redimensionamento de um problema.

Desejamos a todos boa leitura,

Marcus Vinicius Lunguinho

Heloisa Maria Moreira Lima Salles



## SUMÁRIO

(Re)visitando e (re)pensando o sujeito nulo de 1ª pessoa (singular) no português do Brasil · 1

POLIANA CAMARGO RABELO

*Quando*: outro termo da família dos oblíquos e dissimulados · 9

CRISTIANY FERNANDES DA SILVA

Ciclo dos marcadores negativos no PB · 17

MOACIR NATERCIO FERREIRA JUNIOR

Null objects in Brazilian Portuguese, revisited · 25

EZEKIEL J. PANITZ

As relativas de grau no PB: uma leitura maximalizadora · 35

WAGNER LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS

*Squib* convidado

Raízes: primitivos sintáticos defectivos · 43

VITOR AUGUSTO NÓBREGA

# **(Re)visitando e (re)pensando o sujeito nulo de 1ª pessoa (singular) no português do Brasil**

*Poliana Camargo Rabelo\**

## **Resumo**

Este trabalho apresenta os resultados de um teste de julgamento de gramaticalidade aplicado a falantes do português do Brasil (PB) falado no Distrito Federal. O objetivo do *squib* é discutir a necessidade de elaboração de uma base de dados empíricos que sirva de embasamento para a discussão do estatuto do PB em relação ao parâmetro do sujeito nulo. A necessidade dessa base de dados advém da divergência relatada na literatura gerativista a respeito, principalmente, da ocorrência ou não do sujeito nulo de 1ª pessoa nessa língua, o que tem refletido no tratamento teórico proposto para o PB e na sua classificação como língua de sujeito nulo.

**Palavras-chave:** Sujeito nulo, Teste de gramaticalidade, Português do Brasil

## **Abstract**

This work presents the results of a grammaticality judgement test completed by speakers of Brazilian Portuguese (BP) spoken in the capital of Brazil. The aim of this *squib* is to discuss the importance of developing a larger body of empirical data which can be used to establish whether BP is a Null Subject language. The need for developing such a body of data comes from the fact that there is disagreement in the literature over the grammaticality of 1st person null subjects in BP, which, in turn, has certain implications on the classification of BP as a Null Subject language.

**Keywords:** Null subject, Grammaticality judgement test, Brazilian Portuguese

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma base empírica (inicial) de sujeitos nulos de 1ª pessoa (singular) no português do Brasil (PB) que permita fomentar a discussão a respeito da ocorrência desse tipo de sujeito na língua — e suas possíveis restrições — e do tipo de categoria relacionada a sua ocorrência.

---

\*Universidade de Brasília, UnB. Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Linguística. Bolsista CAPES, *e-mail*: poliana.rabelo@gmail.com.

O estatuto do PB quanto ao parâmetro do sujeito nulo tem sido objeto de discussão na literatura desde a década de 80 do século passado. De forma geral, os trabalhos a respeito desse assunto têm defendido que o PB não pode ser considerado uma língua de sujeito nulo (clássica), ou seja, defendem que o PB difere substancialmente de línguas como o italiano.<sup>1</sup>

Autores como Duarte (2000) e Galves (2001) propuseram que o PB — provavelmente em decorrência da simplificação do paradigma flexional do verbo, dada a mudança observada no emprego dos pronomes sujeitos nessa língua — passava por um processo que resultaria na remarcação do parâmetro do sujeito, ou seja, o PB deixaria de ser uma língua de sujeito nulo. Duarte mostra, utilizando metodologia da sociolinguística variacionista, que 74% dos sujeitos de 1ª pessoa no PB são lexicalizados.<sup>2</sup>

Outros autores tratam os casos em que o pronome sujeito não é realizado fonologicamente como manifestação de fenômenos distintos do do parâmetro do sujeito nulo do modo como foi classicamente formulado. Modesto (2000), por exemplo, relaciona-os a características especiais de *pro* ou do modo de identificá-lo. Há autores que os relacionam a fenômenos distintos do sujeito nulo (Negrão (1986) os analisa como manifestação de um tópico nulo, Figueiredo-Silva (1996), como um operador, e Rodrigues (2004), como uma cópia apagada de um sintagma movido, se de 3ª pessoa, e como tópico nulo, se de 1ª pessoa). Modesto (2000, 2004, 2007) e Negrão (1996) procedem à análise do sujeito nulo no PB baseando-se em dados do sujeito nulo de 3ª pessoa exclusivamente – sem fazer menção ao sujeito de 1ª pessoa. Figueiredo-Silva (1996) e Rodrigues (2004) apontam para uma assimetria entre matriz e subordinada, no que concerne ao sujeito nulo de 1ª pessoa, chamando a atenção, ainda, para o fato de que, em construções de perguntas *Qu-*, o sujeito não pode ser nulo.

- (1) a. Comprei um carro ontem  
b. \*O que (que) comprei ontem?  
c. A Maria disse que vendi o carro muito caro (FIGUEIREDO-SILVA, 1996, p. 120-122)
- (2) a. \*Quem esqueci de citar  
b. \*Eu comprei aquele vestido que vi ontem (RODRIGUES, 2004, p. 83-85)

---

<sup>1</sup>A literatura sobre o sujeito nulo no PB é muito mais vasta que a aqui mencionada, mas as propostas citadas são representativas do tipo de abordagem que esse tipo de sujeito vem recebendo.

<sup>2</sup>Duarte realizou sua pesquisa na abordagem que ficou conhecida como sociolinguística paramétrica (uma proposta de unificação de aspectos da gramática gerativa e da sociolinguística laboviana).

Na contramão dessas pesquisas, Rabelo (2010) procede à sua análise do sujeito nulo considerando ser possível o apagamento do pronome em qualquer pessoa, o que significa dizer que os exemplos em (1) e (2) são considerados gramaticais. A autora propõe que as particularidades relacionadas à 3ª pessoa decorrem de uma propriedade lexical do morfema de 3ª pessoa no PB, e não de uma propriedade sintática relacionada ao sujeito nulo, e que o PB licencia sujeitos nulos referenciais de 1ª pessoa (e possivelmente de 2ª pessoa em dialetos que mantêm a marca morfológica de concordância de 2ª pessoa no verbo).

Buscando-se confirmar a descrição dos dados realizada em Rabelo (2010), uma vez que essa descrição coincidia com o julgamento de pessoas informalmente consultadas durante a pesquisa, mas diferia substancialmente do que vinha sendo proposto pelos autores mencionados na seção anterior, foi aplicado um questionário a falantes de diferentes idades e, portanto, de diferentes níveis de escolaridade. O questionário aplicado compõe-se de três partes.<sup>3</sup> A parte I contém 22 sentenças em contexto neutro (*out of the blue*), que deveriam ser julgadas e às quais deveriam ser atribuídos os números 1, 2 ou 3, que correspondiam, respectivamente, aos seguintes critérios: Soa completamente natural e é algo que eu diria; Soa estranho, mas eu não ficaria surpreso se ouvisse outra pessoa dizendo isso; Soa completamente errado e ninguém diria isso.<sup>4</sup> Essas sentenças, com sujeitos nulo de 1ª e 3ª pessoas, são afirmativas, negativas e interrogativas do tipo sim/não, podendo o sujeito nulo estar na oração matriz — ou absoluta — ou na subordinada — completiva ou adverbial —, ou ainda no primeiro ou no segundo par de orações coordenadas. A parte II contém uma simulação de diálogo entre mãe e filha e a parte III, um pedido de um internauta, retirado do site Yahoo Respostas.<sup>5</sup> Nessas duas últimas partes, o diálogo e o trecho deveriam ser julgados como um todo, e o respondente poderia propor alterações se achasse que falaria algum trecho de modo diverso do que foi apresentado.

Oito questionários foram distribuídos e quatro participantes retornaram as respostas. Um deles com 41 anos e doutorado incompleto; dois, com 18 anos e Ensino Médio incompleto, um de 11 anos, que não respondeu a escolaridade. Na folha de instruções, os participantes foram orientados de que não havia resposta certa ou errada e de que, ainda que alguma sentença não fosse aceitável na escrita formal,

<sup>3</sup>A elaboração desse questionário foi baseada em Collins et al (2009), especialmente a proposta de numeração e seu significado.

<sup>4</sup>Por um erro, a numeração das sentenças no teste termina em 23, já que houve um salto do número 18 para o 20.

<sup>5</sup>Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20090108040558AAFqKhi>. Acesso em: 19 de março de 2015.

deveria ser julgada considerando-se apenas o fato de soarem ou não naturais.

O resultado mais significativo se refere ao fato de que nenhum dos respondentes julgou, seja na parte I, seja na parte II, sentenças com o número 3, que corresponderia ao julgamento agramatical. Os resultados relativos à presença do sujeito nulo nos dois blocos de oração apresentados a seguir chamaram a atenção por terem as sentenças sido julgadas majoritariamente com o número 1. A numeração a seguir corresponde à adotada no teste.

#### PARTE I

(1) *Já cheguei.*

(2) *Eu já fiz tudo isso.*

(3) *Já voltou do cinema.*

(4) *Ele já jantou.*

(5) *Não sei de nada do que aconteceu.*

(6) *Eu não vejo nada de interessante por aqui.*

(7) *Posso sentar aqui?*

(8) *Eu devo ler essa notícia também?*

(9) *Tô tão preocupada.*

(10) *Eu queria ter dormido mais um pouco.*

(21) *Alguém bateu com a língua nos dentes ontem e contou pra chefe que saí mais cedo.*

(22) *Não sei onde tava com a cabeça quando aceitei participar dessa reunião.*

(23) *Venho aqui todo dia e nunca tinha reparado nesse azul do telhado.*

As sentenças (1), (7), (9), (10), (22) e (23) foram julgadas com o número 1 pelos quatro participantes. As sentenças (2) e (6) foram julgadas com 1 pelos participantes de 41 e de 11 anos de idade e com 2 pelos dois participantes de 18 anos. A sentença (5) foi julgada com 2 por um dos participantes de 18 anos e com 1 pelos demais. A sentença (8) foi julgada com 2 pelos quatro participantes e a sentença (21), com 2 por um dos participantes de 18 anos de idade. Dado que nas sentenças (2), (6) e (8) o sujeito é realizado pelo pronome *eu*, é de se supor que a degradação na aceitabilidade se dê por razões que nada têm a ver com o sujeito — que era a propriedade testada. Conclui-se dos demais resultados

que a não realização do sujeito de primeira pessoa por um pronome com matriz fonológica não pode ser considerada agramatical.<sup>6</sup>

Na parte II do questionário, apenas dois participantes fizeram alterações relativas ao sujeito pronominal na simulação de diálogo — reproduzida abaixo —, ambas relativas ao sujeito nulo de 3ª pessoa, com referente de 3ª pessoa (*seu irmão*). Um participante de 18 anos sugeriu a inserção de *Ele* na pergunta *Vai demorar?*, e outro participante, de 41 anos, sugeriu a troca de *Disse que vai primeiro levar a Patrícia na casa dela* por *Disse que ele vai levar a Patrícia primeiro na casa dela*. Não houve proposta de alteração relativa ao sujeito na parte III – também reproduzida abaixo.

## PARTE II

*Mãe: Carol, já chegou em casa?*

*Filha: Ainda não. Acabei de descer do ônibus.*

*Mãe: Fez o que te pedi?*

*Filha: Fui lá, mas a fila tava enorme. Disseram que é melhor esperar uns dias.*

*Mãe: E seu irmão? Cadê?*

*Filha: Vai chegar mais tarde. Disse que vai primeiro levar a Patrícia na casa dela.*

*Mãe: Vai demorar?*

*Filha: Não sei. Já cheguei em casa. Você vai chegar que horas?*

*Mãe: Lá pelas 10h. Tenho de terminar de arrumar as coisas pra reunião de amanhã.*

*Filha: Tô morrendo de fome e ainda nem sei se consigo comer depois de passar tão mal como passei hoje.*

*Mãe: Tenta uma coisa leve. Qualquer coisa, me liga.*

*Filha: Tá. Tchau.*

*Mãe: Tchau. Beijo.*

---

<sup>6</sup>O resultado relativo às sentenças (3) e (4) não será considerado neste trabalho pelo fato de essas sentenças terem sujeito de 3ª pessoa, que não é o foco da discussão aqui apresentada, mas pode indicar, de modo interessante, que a aceitação agramaticalidade desse tipo de sentença pode decorrer, não de aspectos sintáticos, mas é causada pela ausência de um antecedente, ou seja, deve-se a aspectos do componente interpretativo. Os resultados do julgamento das sentenças de (11) a (18) também não serão apresentados por ter havido um erro na numeração que impede a comparação adequada dos julgamentos dos quatro falantes.

### PARTE III

*Vou visitar amigos nos EUA e gostaria de saber como proceder para não ser deportada.*

*Pretendo fazer uma viagem de férias para os EUA em março de 2009. Vou visitar amigos em Ithaca (a 04 horas de NY). Tenho visto mas temo ser deportada porque pretendo entrar pelo aeroporto de Ithaca. Amigos me sugeriram entrar por NY com comprovante de pagamento de hotel em NY. Mas ficaria muito caro e impossibilitaria minha viagem. O que devo fazer? Será mesmo que posso ser deportada por não ter reserva de hotel e entrar por Ithaca?*

Os resultados da aplicação do teste de gramaticalidade apontam para a gramaticalidade do sujeito nulo de 1ª pessoa no PB. Entretanto, dados os resultados relativos às sentenças (2), (6) e (8), é necessário ressaltar, como limitação do teste aplicado, o fato de não ser possível apontar qual propriedade, de fato, tem papel decisivo na degradação (de 1 para 2) da gramaticalidade das sentenças apresentadas aos respondentes. Essa limitação fez que, com dois dos participantes – o de 41 anos e um de 18 anos –, fosse feita uma espécie de entrevista, na qual apenas o respondente de 18 anos apontou julgamento relevante para esta pesquisa, uma vez que deixou explícito que na presença do *que* (em suas palavras), o *que* corresponde a contextos de subordinação completiva, o sujeito nulo soava mais estranho, mas, ainda assim, gramatical. Essa intuição aponta para uma assimetria entre matriz e subordinada (completiva). Essa assimetria, contudo, não é tão acentuada como apontam as autoras Figueiredo-Silva (1996) e Rodrigues (2004) e pode estar relacionada a outros fatores, como, por exemplo, a alguma propriedade relacionada ao próprio *que* ou à posição por ele ocupada no PB, uma vez que falantes apontam diferença de julgamento em relação aos exemplos em (3a) e (3b), abaixo.

- (3) a. O que fiz contra você?  
b. \*? O que que fiz contra você? (vs. O que que eu fiz contra você?)

Os resultados relativos aos julgamentos de gramaticalidade dos dados constantes no questionário mostram que o sujeito nulo de 1ª pessoa (singular) faz parte do conhecimento linguístico internalizado de falantes do PB, o que significa que o *input* recebido durante a aquisição dessa língua por falantes nativos contém estímulos suficientes para explicar o estado da língua interna dos falantes consultados (ainda que a frequência de ocorrência dos sujeitos foneticamente nulos seja mais baixa do que o esperado em uma língua de sujeito nulo). Pode haver, evidentemente, diferenças dialetais quanto à realização/atribuição

de estatuto de gramaticalidade aos sujeitos nulos de 1ª pessoa do PB, uma vez que os participantes da pesquisa são todos do Distrito Federal. O que não parece possível é, por meio de uma generalização, decretar a inexistência desse tipo de sujeito nessa língua.

Para aqueles interessados em discutir o papel da escolarização como interferência no julgamento do tipo de dado aqui apresentado, pode ser interessante aplicar, em um mesmo questionário ou em testes distintos, um teste de gramaticalidade relativo ao licenciamento dos clíticos no PB, tópico sobre o qual há consenso no sentido de se considerar que esses elementos são aprendidos apenas após um processo formal de escolarização.

De uma maneira geral, a constatação de que o sujeito nulo de 1ª pessoa compõe o conhecimento linguístico internalizado de falantes do PB não elimina — muito pelo contrário — a necessidade de mais pesquisa sobre o assunto, uma vez que questões de grande relevância permanecem, ainda, sem tratamento adequado na literatura gramatical brasileira. Uma dessas questões refere-se ao papel da presença do *que* na oração e sua relação com a degradação da gramaticalidade do sujeito nulo para alguns falantes. Outra questão, que merece um tratamento translinguístico e que pode estar relacionada aos achados de Duarte, refere-se à ausência de contraste entre o sujeito nulo e ao sujeito realizado no PB, contraste esse descrito para o italiano, por exemplo, em que a presença do pronome parece relacionar-se a uma interpretação marcada, de ênfase. No PB, o sujeito nulo e o preenchido (de 1ª pessoa) estariam em variação livre.

Essa variação livre poderia ser explicada, do ponto de vista da arquitetura da gramática, por uma versão da proposta de que o PB é uma língua de tópico. Adotando-se uma proposta como a de Manzini & Savoia (2007, 2008), que consideram que todos os sujeitos lexicais em línguas de sujeito nulo são tópicos e que o sujeito, nessas línguas, é realizado pela morfologia de número-pessoa, é possível supor que a ausência de interpretação de ênfase no PB, deve-se ao fato de que nessa língua o tópico é não marcado. Assim, a diferença entre o PB e o italiano no que se refere ao sujeito nulo de 1ª pessoa é o fato de o tópico não estar associado à interpretação de ênfase no PB, o que explica a utilização do sujeito nulo e do sujeito pronominal nos mesmos contextos e, possivelmente, a maior frequência de uso do sujeito pronominal.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup>Para uma análise a respeito do sujeito nulo de 3ª pessoa em uma abordagem como a de Manzini & Savoia, ver Rabelo (2010).



### Referências bibliográficas

- COLLINS, C. et al. Imposters: an online survey of grammaticality judgments. In: *NYU Working Papers in Linguistics*, vol.2, 2009.
- DUARTE, M. E. The loss of the ‘avoid pronoun’ principle in Brazilian Portuguese. In: *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. KATO, M. & NEGRÃO, E. (Eds.). Frankfurt: Vervuert, 2000.
- FIGUEIREDO-SILVA, M. C. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- MANZINI, M. R. & SAVOIA, L. *A unification of morphology and syntax*. London: Routledge, 2007.
- MANZINI, M. R. & SAVOIA, L. *Work notes on Romance morphosyntax*. Alessandria: Edizioni dell’Orso, 2008.
- MODESTO, M. Null subjects without “rich” agreement. In: *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. KATO, M. & NEGRÃO, E. Frankfurt: Vervuert, 2000.
- NEGRÃO, Esmeralda, E. (Eds.). *Anaphora in Brazilian Portuguese complement structures*. Tese de Doutorado. Universidade de Wisconsin-Madison, 1986.
- RABELO, P. *Argumentos (EPP) nulos no português do Brasil em contextos oracionais finitos e infinitivos*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2010.
- RODRIGUES, C. *Impoverished morphology and A-movement out of case domains*. Tese de doutorado. Universidade de Maryland, College Park, 2004.

*Squib* recebido no dia 10 de junho de 2015.

*Squib* aprovado para publicação no dia 13 de julho de 2015.

# ***Quando*: outro termo da família dos oblíquos e dissimulados\***

*Cristiany Fernandes da Silva*<sup>†</sup>

## **Resumo**

Este trabalho discute as orações de *quando/cuando*. Nosso foco é uma comparação entre dados do português e do espanhol. Essas línguas apresentam distinções na aplicação do sistema modo-temporal no contexto de futuro. Enquanto o português emprega o futuro do subjuntivo na oração de quando, o espanhol usa o presente do subjuntivo. Tal contraste se estende ao francês e ao italiano, que utilizam o futuro do indicativo. Seguiremos a hipótese de que essas oposições podem ser analisadas a partir de traços de [Mood] e [Tense]. Abordamos, igualmente, a tipologia das orações de *quando* a partir do estudo de Declerck (1997), que propôs uma tipologia para as *when-clauses* do inglês. O autor destaca os contextos sintático-semânticos em que *when* ocorre como, por exemplo, adverbial, narrativo, atemporal, relativo, etc. Para este estudo, consideraremos três usos: relativo, preposicional e polissêmico.

**Palavras-chave:** Tipologia das Orações de *quando/cuando*, Português Brasileiro, Espanhol, Tempo/Modo

## **Abstract**

This paper discusses when-clauses. Our focus is a comparison between Portuguese and Spanish data. These languages exhibit a distinction in the realization of the mood-temporal system in future contexts. While Portuguese utilizes the future subjunctive in when-clauses, Spanish utilizes the present subjunctive. A further mode of realization is found in French and Italian, which utilize the future indicative. We follow the hypothesis that these distinctions can be analyzed using [Mood] and [Tense] features. We also discuss the typology of when-clauses, following Declerck (1997), who proposes a typology of English when-clauses and emphasizes the syntactico-semantic contexts in which *when* occurs, for example, adverbial, narrative, atemporal, relative, etc. For this study, we will consider three uses: relative, prepositional and polysemic.

**Keywords:** *Typology of when-clauses*, Brazilian Portuguese, Spanish, Tense/Mood

---

\*Este trabalho é parte integrante de Exame de Qualificação de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade de Brasília.

<sup>†</sup>Universidade de Brasília, UnB. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística, *e-mail*: cristianyf@aluno.unb.br. Agradeço a minha orientadora, professora Heloisa Salles, e aos meus colegas pelas discussões. Todos os erros e inadequações são de minha inteira responsabilidade.

Este trabalho é um estudo do estatuto de *quando* e das orações introduzidas pelo termo e apresenta nossa problematização inicial, bem como possíveis hipóteses de análise. Adotamos como fundamentação teórica as bases da gramática gerativa (CHOMSKY, 1981, e trabalhos subsequentes). Nosso foco é uma comparação entre dados do português e do espanhol. Verificamos que essas línguas apresentam distinções na aplicação do sistema modo-temporal na construção das sentenças no contexto de futuro. Enquanto o português emprega o futuro do subjuntivo na oração de *quando*, o espanhol usa o presente do subjuntivo. Tal contraste se estende ao francês e ao italiano, que utilizam o futuro do indicativo:

- |  |             |
|--|-------------|
| (1) a. Quando <b>puder</b> FUT. SUBJ., sairei.     | [português] |
| b. Cuando <b>pueda</b> PRES. SUBJ., saldré.        | [espanhol]  |
| c. Quand je <b>pourrai</b> FUT. IND., je sortirai. | [francês]   |
| d. Quando <b>potro</b> FUT. IND., uscirò           | [italiano]  |

Isso significa que, nas línguas românicas destacadas, há três formas de expressão do tempo-modo na oração de *quando*. Seguiremos a hipótese de que essas oposições podem ser analisadas a partir de traços de [Mood] e [Tense] — em referência a [Modo] e [Tempo]. Ou seja, supomos que essas línguas e as respectivas construções de sentenças temporais iniciadas por *quando* formam dois grupos. A distinção entre elas é marcada pela presença de um traço de Modo apenas nas construções do português e do espanhol, além de um traço de Tempo, *versus* um traço de Tempo presente nas construções do francês e do italiano apenas.

Abordamos, igualmente, a tipologia das orações de *quando* com base no estudo de Declerck (1997), que propôs uma tipologia para as *when-clauses* (WC) do inglês. O autor destacou os contextos sintático-semânticos em que *when* ocorre, como sentenças adverbiais, narrativas, relativas, atemporais, entre outros. Cada tipo de sentença está associado a uma configuração temporal. Declerck (1997) propõe que, no contexto de futuro, cada um desses tipos de sentenças se enquadrará em um sistema temporal específico: no sistema-W (*will/would*) ou no sistema-NW (não *will/would*). Em alguns casos, um tipo de sentença pode permitir os dois sistemas, mas uma das formas poderá ser a mais marcada. O sistema se divide, então, em três casos: aquele em que se pode utilizar os auxiliares marcadores de futuro *will/would* na WC; aquele em que não se pode; e aquele em que se pode usar ambos os sistemas.

Na tabela 1, levamos em consideração três possibilidades. A seguir, trazemos os exemplos.

**Tabela 1. Sistema temporal e tipologia das *when-clauses* do inglês**

Sistema-W	Sistema-NW	Sistema-W/NW
Interrogativas	Adverbiais	Relativas Restritivas
Relativas Explicativas		Relativas Livres
Narrativas		Atemporais

1. O sistema-W<sup>1</sup>

## A. Interrogativa direta e indireta:

- (2) a. [**When** will it rain]?
- b. I **will ask** him [**when** we'll be able to relax].

(DECLERCK, 1997, p. 8-9)

## B. Relativa explicativa modificadora de antecedente nominal não adverbial:

- (3) Later on I **will give** you instructions concerning next **Tuesday**, [**when** I **will be** in Glasgow].

(DECLERCK, 1997, p. 11)

## C. Relativa explicativa modificadora de antecedente nominal adverbial:

- (4) Buyers who aren't in a hurry **will** probably **prefer** to wait **until spring**, [**when** Ford **will introduce** its new model].

(DECLERCK, 1997, p. 13)

## D. Relativa explicativa sem antecedente:

- (5) It **may be** opened with a lancet or a needle, [**when** the fluid **will run** out].

(DECLERCK, 1997, p. 14)

## E. Narrativa:

- (6) He predicted that one day we **would be sitting** quietly in our sitting-room [**when** suddenly there **would be** an explosion].

<sup>1</sup>No que se segue, optamos por não traduzir os dados. De todo modo, os destaques feitos nas sentenças conduzirão o(a) leitor(a) para o fenômeno que está sendo discutido.

(DECLERCK, 1997, p. 42)

2. O sistema-NW

F. Adverbial:

- (7) An indication of Akzo's success in reshaping itself **will come** Thursday [**when** it reports third-quarter results]. (DECLERCK, 1997, p. 28)

3. O sistema-W [W/W] e Sistema-NW [W/NW]

G. Relativa restritiva modificadora de antecedente nominal não adverbial:<sup>2</sup>

- (8) a. I suppose **the day will** inevitably **come** [**when** the area **will be crusted** with developments, but at present it is deserted and seductive]. [W/W]
- b. **The day will come**, in midsummer, [**when** you **find** your plants becoming 'leggy', running to tall-growing foliage at the expense of blossoms]. [W/NW]

(DECLERCK, 1997, p. 9-10)

H. Relativa restritiva modificadora de antecedente nominal adverbial:<sup>3</sup>

- (9) She expected he **would do it on a day** [**when** she herself **would be** [W/W] / **was** [W/NW] absent].

(DECLERCK, 1997, p. 12)

I. Relativa livre:<sup>4</sup>

- (10) In the coming months **I will** no **doubt** often dream of [**when** **I will** finally **have finished** [W/W] / **?have** finally **finished** [W/NW] my dissertation].

---

<sup>2</sup>Não obstante, o sistema-W será obrigatório na WC, se a HC (*head clause* 'oração principal') não fizer referência ao futuro, se estiver no passado, por exemplo:

(i) And the women **signed** for **the day** [**when** their men **would be expelled** from the womb for the last time [...]]. (DECLERCK, 1997, p. 8)

<sup>3</sup>Nem sempre os sistemas serão intercambiáveis. Em (i) abaixo, apenas o sistema-NW pode ser aplicado. O autor não deixa claro, no entanto, o que determina o uso de uma forma e outra.

(i) **I will stay** there until **the time** [**when** the others **leave/\*will leave**]. (DECLERCK, 1997, p. 12)

<sup>4</sup>Em alguns casos, há problemas de aceitabilidade.

(DECLERCK, 1997, p. 15)

J. Atemporal:<sup>5</sup>

- (11) a. I **won't waste** my time trying to raise £100,000 for the Charity Fund [**when** such a large sum of money **will** no doubt never **be found**]. [W/W]
- b. In the near future people **will be** arrested [**when** they **fail** to observe this rule]. [NW/W]

(DECLERCK, 1997, p. 45/49)

Nessa esteira, investigamos a tipologia das orações de *quando/cuando* no português e no espanhol comparativamente. Para este estudo, consideramos três fenômenos: seu estatuto relativo, preposicional e polissêmico. Aqui, vamos nos ater aos contrastes apresentados pelos dados daquelas línguas.

A literatura tem argumentado sobre o caráter relativo de *quando/cuando*, o que nos leva a discutir o comportamento do termo em estruturas relativas de núcleo nominal e de relativa livre. Pelo contraste de gramaticalidade dos dados em (12), (13) e (14) a seguir, parece-nos que existem duas questões a se considerarem sobre *quando* e relativas no português e no espanhol: uma refere-se ao termo apresentar comportamento de pronome/advérbio relativo e ao fato de a oração em que ocorre ser classificada como uma oração adjetiva/relativa (e não como adverbial temporal simplesmente); e outra se refere a ele funcionar com/sem antecedente nominal explícito, uma vez que, no português, a referência a um núcleo nominal parece dispensável ou obrigatoriamente ausente, de acordo com alguns julgamentos, e a oração, nesse caso, seria uma relativa livre.<sup>6</sup>

- (12) Este traje lo llevaba *el día* **cuando** se casó. [espanhol]

(BRUCART, 1999, p. 508 apud MÓIA, 2001, p. 352)

- (13) Esse vestido, levava-o (*\*o dia*) **quando** se casou. [português europeu]

(MÓIA, 2001, p. 352)

- (14) Usei esse vestido (*\*?o dia*) **quando** me casei. [português brasileiro]

<sup>5</sup>O dado (11a) é um subtipo de sentença atemporal, o *case-specifying*. O item (11b), por sua vez, tem conotação adversativa.

<sup>6</sup>Em consulta às gramáticas e dicionários do português e do espanhol, *quando/cuando* transita entre várias classificações morfológicas: pronome, advérbio, conjunção, preposição.

Tratamos também de uma construção do espanhol em que o termo *cuando* apresentaria caráter preposicional, verificando a extensão dessa análise para o português. Nesses casos, *cuando* é seguido de um sintagma nominal, como exemplificam os dados (15a) e (15b), a seguir. No português, dados em tal contexto são agramaticais, o que pode ser observado em (15c) e (15d). Partimos da análise segundo a qual *cuando* seria um elemento preposicional, e da hipótese de que podem existir diferenças no estatuto de *cuando/quando* enquanto categoria lexical — análise levantada pela literatura para o espanhol.<sup>7</sup> Testaremos essa hipótese para o português.

- (15) a. Hubo grandes críticas [**cuando el estreno**] de su obra.  
b. Nadie confio en nosotros [**cuando la trasiición**] (GALLEGO, 2011, p. 9)  
c. \*Houve grandes críticas [**quando a estreia**] da sua obra.<sup>8</sup>  
d. \*Ninguém confiou em nós [**quando a transição**].

A análise de *quando* também mostra que o termo pode assumir outras leituras, para além daquela classificação tradicional de que a oração introduzida por esse elemento descreve uma relação com o tempo descrito na oração principal. Nessa esteira, investigamos o valor condicional de *quando* – a literatura destaca que *quando* pode assumir valor causal, adversativo, concessivo e proporcional, além do temporal. Assumimos, portanto, que há sentenças em que *quando* guarda tanto a leitura temporal quanto a condicional de forma ambígua, por isso nos referiremos a elas como sentenças temporais-condicionais. O português e o espanhol possuem esse uso:

- (16) a. O trânsito fica horrível [**quando chove**].  
b. [**Quando chega cedo**], busca os filhos na escola.  
(17) a. El tráfico es un desastre [**cuando llueve**].  
b. [**Cuando llega temprano**], busca a los hijos en la escuela.

---

<sup>7</sup>Cf. Gallego (2011). Outros posicionamentos teóricos podem levantar a questão de um comportamento sinónimo ou polissémico de *cuando/quando*.

<sup>8</sup>Parece que os dados agramaticais de (15c) e (15d) do português requerem um sintagma verbal realizado, (i); um sintagma adverbial, (ii); ou quando seguido da preposição *de*, (iii).

(i) Houve muitas críticas [quando sua peça estreou].

(ii) [Na estreia da sua peça], houve muitas críticas.

(iii) Houve muitas críticas [quando da estreia da sua peça].

A situação descrita nesse tipo de sentença remete a uma habitualidade/genericidade ou mesmo a uma relação de causa que conduz a um efeito. Argumenta-se que o tempo da oração matriz pode favorecer certas interpretações. Conforme a literatura, em espanhol e em português, o presente é o tempo adotado quando se quer garantir o valor de verdade permanente da sentença ou o valor de genericidade (SOLÍS GARCÍA, 1999; NEVES, 2000).

Os dados em (16) e (17) poderiam intercambiar *quando/cuando* por *selsi*. No entanto, existem casos em que essa substituição não é possível, pois a interpretação que se faz das sentenças com cada termo é distinta, (cf. (18) e (19) a seguir). Esse é o caso das sentenças com os tempos no futuro e no passado em que *quando/cuando* tem significado de *no momento em que* e *selsi* tem significado de *no caso de*. Tais acepções correspondem aos seus usos canônicos propriamente.<sup>9</sup>

Em relação ao tempo e ao modo, o português usa, no contexto de futuro, tanto na oração de *quando* quanto na condicional de *se*, o futuro do subjuntivo, (18a) e (18b). O espanhol, entretanto, apresenta um contraste no uso do modo verbal, já que, na condicional de *si*, a língua usa o presente do indicativo, e na temporal de *cuando*, o presente do subjuntivo, (18c) e (18d).<sup>10</sup> O contexto de passado não apresenta contrastes de tempo/modo, (19). Sobre a leitura das sentenças, tanto no futuro quanto no passado, parece que existem noções de possibilidade e certeza de ocorrência de eventos, operando sobre as sentenças.

#### FUTURO

- (18) a. João sairá [**quando** eu **chegar** FUT.SUBJ.].  
 b. João sairá [**se** eu **chegar** FUT.SUBJ. / \***chego** PRES.IND.].  
 c. Juan se irá [**cuando** yo **llegue** PRES.SUBJ.].  
 d. Juan se irá [**si** yo **llego** PRES.IND. / \***llegue** PRES.SUBJ.].

#### PASSADO

- (19) a. [**Quando estive** PRET. PERF. SIMPLES IND. na Espanha], **comprei** PRET. IND. uma jaqueta.  
 b. [**Se estive** PRET. PERF. SIMPLES IND. na Espanha], **comprei** PRET. PERF. IND. uma jaqueta.

<sup>9</sup>A expressão da sentença temporal-condicional, portanto, parece perpassar o sistema temporal da sentença.

<sup>10</sup>A diferença de uso do sistema temporal esboçada pelo português e pelo espanhol nas sentenças de *quando/cuando*, como em (1), se estende, portanto, para as sentenças de *se* em contexto de futuro.



c. [**Cuando estuve** PRET. PERF. SIMPLES IND. en España], me **compré** PRET. PERF. IND. una chaqueta.

d. [**Si estuve** PRET. PERF. SIMPLES IND. en España], me **compré** PRET. PERF. IND. una chaqueta.

A ideia é que a oração de *quando* é capaz de acumular mais de um valor, sendo um termo bifuncional. Essas questões advêm do estatuto categorial lexical de *quando/cuando*.

Este *squib* oferece, portanto, um tratamento a fenômenos sintático-semânticos em torno do termo *quando* translinguisticamente, apontando diferenças e semelhanças entre construções do português e do espanhol. Apontamos diferenças tipológicas, bem como diferenças de aplicação tempo-modo nas orações de *quando*. Esses temas serão desenvolvidos em um trabalho de Tese intitulado *Orações introduzidas por 'quando'/'cuando': uma comparação entre o português e o espanhol*.

### Referências bibliográficas

- BRUCART, J. M. La Estructura del Sintagma Nominal: Las Oraciones de Relativo. In: Ignacio Bosque e Violeta Demonte (dir.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*, Espasa, p. 395-522, 1999.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Netherlands: Foris Publications, 1981.
- DECLERCK, R. *When-clauses and temporal structure*. New York: Routledge, 1997.
- GALLEGO, A. 'Cuando', preposición o adverbio relativo? In: VIDAL, M. V. E., et al. (Eds.) *60 problemas de gramática*. Akal, Madrid, 2011.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- SOLÍS GARCÍA, I. Los sintagmas nominales con referencia genérica. *X Congreso Internacional de la ASELE Nuevas Perspectivas en la Enseñanza del Español como Lengua Extranjera*. Cádiz, 1999.
- MÓIA, T. Aspectos sintático-semânticos das orações relativas com 'como' e 'quando'. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, XVI. Lisboa. Anais. Lisboa: APL, p. 349-361, 2001.

*Squib* recebido no dia 10 de junho de 2015.

*Squib* aprovado para publicação no dia 15 de julho de 2015.

# Ciclo dos marcadores negativos no PB

*Moacir Natercio Ferreira Junior\**

## Resumo

O português brasileiro (PB) desenvolveu diferentes estratégias de posicionamento dos marcadores negativos, sendo permitido o posicionamento da negação pré-verbal (NEG-V), pós-verbal (V-NEG) e a dupla-negação (NEG-V-NEG). A coexistência de três estratégias de posicionamento dos dois marcadores negativos aponta para a realização, no PB, do Ciclo de Jespersen (ZANUTINNI, 1991). Nesse sentido, o enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal e a restrição à ocorrência de marcadores negativos pós-verbais permite a hipótese de que o PB também realize esse ciclo e que esteja atualmente situado entre a segunda e a terceira fase. No entanto, a dupla negação e a negação pós-verbal no PB apresentam diferenças, o que possibilita considerar que Neg-V-Neg e V-Neg possuem características sintáticas diferentes.

**Palavras-chave:** Negação, Português do Brasil, Ciclo de Jespersen

## Abstract

Brazilian Portuguese has developed different positioning strategies for negative markers. Three configurations are allowed: preverbal marker (NEG-V), post-verbal marker (V-NEG), and double negative markers (NEG-V-NEG). These three strategies confirm the occurrence of Jespersen's Cycle for BP, as in standard French (ZANUTINNI, 1991). In this sense, the weakening of the preverbal negative marker and the existence of restrictions on the occurrence of post-verbal negative marker allows the assumption that BP is now located between the second and third stages of this Cycle. However, we have to consider that, in BP, the double negative markers and post-verbal negation differ, enabling the hypothesis that (NEG-V-NEG) and (V-NEG) have different syntactic features.

**Keywords:** Negation, Brazilian Portuguese, Jespersen's Cycle

Este trabalho investiga aspectos do comportamento sintático dos marcadores negativos no português brasileiro (PB) e a relação estrutural desses marcadores com o Ciclo de Jespersen, desenvolvido para os marcadores negativos do francês (JESPERSEN, 1917; VAN DER AUWERA, 2009). Nosso objetivo é

---

\*Universidade de Brasília, UnB. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística, *e-mail*: mnfjuniortkd@aluno.unb.br.

demonstrar que o PB apresenta etapas semelhantes quanto ao desenvolvimento desse ciclo no francês, apresentando, porém, uma configuração inovadora em relação aos marcadores negativos alocados em posição pós-verbal.

Nas sentenças do PB, é possível identificar dois tipos de marcadores negativos:

- (1) a. Maria não viu o acidente. (NEG +V)
- b. Maria viu o acidente não. (V+NEG)

O exemplo (1a) apresenta um marcador negativo pré-verbal (NEG-V) com forte evidência de ser uma categoria gramatical. Observa-se a posição fixa do marcador negativo em relação ao verbo, sempre anteposto, inclusive com infinitivos, além de não admitir ser separado do verbo por elemento interveniente, salvo por pronomes átonos. No exemplo (1b), o marcador pós-verbal não possui posição fixa em relação ao verbo, admitindo, portanto, a ocorrência de elementos intervenientes na relação com o verbo.

Os exemplos apresentados acima reforçam a análise de Zanuttini (1995). De acordo com a autora, há, nas línguas românicas, a possibilidade de duas posições diferentes para alocar os marcadores de negação em relação ao verbo: uma posposta, que abriga um marcador negativo forte, de caráter adverbial (cf. (2a)-(2b)), e uma anteposta, de caráter gramatical e com estatuto de clítico, sendo, portanto, átona (cf. (3a)-(3b)).

**Tabela 1. Tipos de marcadores negativos (MN) presentes nas línguas românicas**

MN com caráter adverbial	MN com caráter gramatical
Piemontês	Italiano
(2) a. Maria a mangia <b>nen</b> Maria ela come não ‘Maria não come’	(3) a. <b>Non</b> me l’a ancora detto Não me o tem ainda dito ‘Não me disse isso’
b. Maria a l’ha <b>nen</b> parlá tant Maria ela o tem não falado tanto ‘Maria não falou muito’	b. Ancora <b>non</b> me l’a detto c. * Non <u>ancora</u> me l’a detto

Dessa forma, de acordo com Zanuttini (1995), há evidência de que marcadores românicos de negação pré-verbais sejam “elementos da morfossintaxe verbal”, pois interagem com outros elementos a

ela associados; marcadores de negação pós-verbal, ao contrário, seriam elementos morfossintaticamente autônomos, com distribuição semelhante à de advérbios.

Com relação ao PB, os dois marcadores negativos podem ser combinados na sentença para expressar um valor negativo. Essa característica permite identificar o PB como uma língua de concordância negativa (ROBERTS, 2007; SOUSA, 2014; CAVALCANTE, 2012; entre outros). Assim, podemos observar que o PB manifesta três estratégias de posicionamento dos marcadores negativos, a saber: a negação pré-verbal (1a), a negação pós-verbal (1b) e a dupla negação, conforme o exemplo em (4).

(4) Maria **não** viu o acidente **não**. (NEG + V + NEG)

Tomando como referência as propriedades definidas pelo Ciclo de Jespersen, nas línguas que exibem no paradigma de sentenças negativas a marcação pré-verbal, há uma tendência ao enfraquecimento e à posterior redução dessa forma, por razões fonológicas. Assim, com o enfraquecimento do marcador pré-verbal, assegurar que a sentença seja, de fato, negada requer a presença de um outro marcador negativo. Surge então uma nova forma negativa tônica, possibilitando a dupla negação. Esse novo marcador (ao contrário do anterior, que apresenta características de núcleo) possui características de especificador e ocorre após o verbo. Ele pode realizar a negação da sentença tanto na presença do marcador pré-verbal enfraquecido quanto sem o acompanhamento do marcador pré-verbal. A queda da forma pré-verbal enfraquecida caracteriza a última etapa desse ciclo.

- (5) a. FORMA TÔNICA: *Jeo di non*.  
 b. FORMA ENFRAQUECIDA: *Jeo ne dis*.  
 c. NOVA FORMA TÔNICA: *Je ne dis pas*.  
 d. QUEDA DA FORMA ENFRAQUECIDA: *Je \_\_\_\_ dis pas*.

Os trabalhos de Ramos (2006) e Vitral (2006) assinalam os marcadores negativos no PB como indicadores de características observadas no Ciclo de Jespersen. Ramos (2006) apresenta o esquema e as evidências a respeito do enfraquecimento dos marcadores negativos pré-verbais no PB (não > num).

- (6) a. [NÃO > NUM]  
 b. [NÃO V NÃO > NUM V NÃO]

(RAMOS, 2006, p. 131)

- (7) a. e se eu **não** sou formada hoje. (Forma tônica)  
b. que eu **não** concordava com aquilo **não**. (Dupla negação)  
c. acredito **não**. (Queda da forma enfraquecida)

(RAMOS, 2006, p. 119)

- (8) a. Isso eu num acho certo não.  
b. Minha mãe num vai fazer nada não.

(RAMOS, 2006, p. 123)

A ampliação no uso da dupla negação, atestada em dados do PB dialetal, constitui evidência favorável à hipótese de que o Ciclo de Jespersen seria observado no PB (VITRAL 2006, SOUSA 2014). Nesse sentido, a ocorrência da oração somente com o marcador negativo pré-verbal enfraquecido, cf. (7a), não é considerada um contraexemplo, mas uma variante da gramática da dupla negação, sendo a ausência do marcador pós-verbal, nesses casos, determinada por fatores no nível de PF – havendo evidência independente para a manifestação dessa gramática em estruturas com verbos no imperativo (conforme SCHERRE et al., 2007 e FERREIRA JR., 2011).

Ainda a respeito da dupla negação no PB, Biberauer & Cyrino (2009) afirmam que essa estrutura apresenta dois itens negativos. Nas sentenças com dupla negação, o marcador pós-verbal funciona como um elemento de concordância, que geraria necessariamente uma interpretação reforçativa. As estruturas com dupla negação: (i) não estariam restritas a contextos responsivos, podendo veicular informação nova; (ii) podem ocorrer em sentenças encaixadas; (iii) podem ocorrer em sentenças interrogativas que solicitam respostas do tipo sim-não; (iv) são compatíveis com itens de polaridade negativa; e (v) podem ter o marcador negativo pós-verbal omitido da sentença sem prejuízo de gramaticalidade em alguns contextos. Para as autoras, as sentenças que possuem apenas marcador negativo pós-verbal têm contextos muito restritos de ocorrência, limitando-se a sentenças matrizes. As autoras consideram que as estruturas com dupla negação e com negação pós-verbal não representam o mesmo tipo de fenômeno, pois os dois marcadores negativos finais seriam elementos lexicais distintos.

No entanto, os exemplos do quadro 1 apresentam um pequeno contraste com a análise das autoras. Em nossa análise, os contextos de ocorrência dos marcadores pós-verbais se estendem a mais tipos de sentenças, não somente a sentenças matrizes. Essa observação nos permite formular a hipótese de que

os marcadores negativos pós-verbais no PB estão em processo de mudança, apontando para a ocorrência da estrutura (V+Neg) em novos tipos de sentença.

**Quadro 1. Contextos de ocorrência dos marcadores negativos no PB por tipo de sentença<sup>1</sup>**

TIPO DE SENTENÇA	NEG-V	NEG-V-NEG	V-NEG
DECL.	MARIA NÃO/ *NUM VIU O ACIDENTE.	MARIA NÃO/NUM VIU O ACIDENTE NÃO/*NUM.	CHOVEU NÃO
INTER.	VOCÊ NÃO QUER QUE EU VÁ?	VOCÊ NÃO/NUM QUER QUE EU VÁ NÃO?	*VOCÊ QUER QUE EU VÁ NÃO?
ENCAIX.	EU NÃO DISSE QUE PRECISAVA IR EMBORA	EU NÃO DISSE QUE VOCÊ PRECISAVA IR EMBORA	?EU DISSE QUE PRECISAVA IR EMBORA NÃO
IMPER.	NÃO USE ESSE TÊNIS	NÃO/NUM USE ESSE TÊNIS NÃO	USA ESSE TÊNIS NÃO
V. NÃO FIN.	NÃO DEIXAR O SAPATO FORA DO LUGAR	NÃO DEIXAR O SAPATO FORA DO LUGAR NÃO	*DEIXAR O SAPATO FORA DO LUGAR NÃO
CONJ. SUB.	*JOÃO NÃO/NUM QUER QUE EU VÁ	*JOÃO NÃO/NUM QUER QUE EU VÁ NÃO	JOÃO QUER QUE EU VÁ NÃO
TOP.	ESSE TÊNIS EU NÃO/NUM LAVEI	ESSE TÊNIS EU NÃO/NUM LAVEI NÃO	?ESSE TÊNIS EU LAVEI NÃO

Os contextos de ocorrência dos marcadores negativos pós-verbais no PB até aqui analisados permitem inferir que a forma (V+NEG) no PB encontra-se em desenvolvimento, o que indica que o PB está em processo de realização do Ciclo de Jespersen. Podemos observar que a fase relacionada ao desenvolvimento da negação pós-verbal apresenta um contexto de mudança mais específico, com a crescente possibilidade de alcance a novos contextos de ocorrência dessa estratégia de negação. No entanto, é claramente observável a existência de restrições quanto à ocorrência dessa estratégia em algumas situação de uso. As restrições apresentadas nos exemplos supracitados demonstram que a forma (V+NEG) no PB é, ainda, uma forma em desenvolvimento e, assim, poderá ser objeto de novas reanálises estruturais, com ocorrência em novos contextos anteriormente caracterizados pela agramaticalidade.

<sup>1</sup>Descrição das abreviaturas: DECL. = declarativas; INTER. = interrogativas; ENCAIX. = encaixadas; IMPER. = imperativas; V. NÃO FIN. = verbos não finitos; CONJ. SUB. = coocorrência com conjunções subordinativas; TOP. = tópico. Agradeço a participação de Rosiane Almeida, aluna da UEFS, no debate a respeito dos dados apresentados neste Quadro. Segundo ela, os dados a respeito de estruturas coocorrentes com conjunções subordinativas e com estruturas com tópico são aceitáveis em seu dialeto (do estado da Bahia). Nesse sentido, é necessário prosseguir com a investigação para identificar quais propriedades permitem a ocorrência da sentença apenas com a negação pós-verbal (comunicação pessoal, na ocasião do IV SIMELP — 2 a 5 de julho de 2013).

Segundo van der Auwera (2009), o ciclo dos marcadores negativos pode apresentar cinco estágios diferentes. A proposta de van der Auwera estabelece um enfoque no papel da ênfase na substituição dos itens negativos no Ciclo de Jespersen, como exemplificado a seguir na Tabela 2.<sup>2</sup>

**Tabela 2. Adaptação de van der Auwera (2009, p. 3)**

Three stages		Four stages				Five stages	
		A		B			
		1	<i>non</i> <sub>NEG</sub>				
1	<i>ne</i> <sub>NEG</sub>	2	<i>ne</i> <sub>NEG</sub>	1	<i>ne</i> <sub>NEG</sub>	1	<i>ne</i> <sub>NEG</sub>
				2	<i>ne</i> <sub>NEG</sub> ... <i>pas</i> <sub>X</sub>		
						2	<i>ne</i> <sub>NEG</sub> ...( <i>pas</i> <sub>NEG</sub> )
2	<i>ne</i> <sub>NEG</sub> ... <i>pas</i> <sub>NEG</sub>	3	<i>ne</i> <sub>NEG</sub> ... <i>pas</i> <sub>NEG</sub>	3	<i>ne</i> <sub>NEG</sub> ... <i>pas</i> <sub>NEG</sub>	3	<i>ne</i> <sub>NEG</sub> ... <i>pas</i> <sub>NEG</sub>
						4	( <i>ne</i> <sub>NEG</sub> ...) <i>pas</i> <sub>NEG</sub>
3	<i>pas</i> <sub>NEG</sub>	4	<i>pas</i> <sub>NEG</sub>	4	<i>pas</i> <sub>NEG</sub>	5	<i>pas</i> <sub>NEG</sub>

Segundo essa análise, as línguas desenvolvem uma construção negativa neutra e uma enfática de modo simultâneo. Quando a forma enfática perde o valor de ênfase, entra em competição com a forma neutra, podendo substituí-la. Para o francês, segundo o autor, o marcador “ne” não é enfraquecido, por ser uma forma neutra. Já a palavra adicional “pas” perde o significado original e adquire uma interpretação de polaridade, tornando-se um marcador negativo.

A análise de van der Auwera (2009) é interessante por permitir a hipótese de que o PB desenvolveu duas diferentes estratégias no que diz respeito aos marcadores negativos pós-verbais. Os dois marcadores negativos pós-verbais podem ter surgido de modo simultâneo. Assim, conforme Biberauer & Cyrino (2009) apontam, o marcador negativo pós-verbal das estruturas com dupla negação surgiu como uma forma enfática. Nesse sentido, o PB teria desenvolvido uma negação pós-verbal reforçativa — em estruturas com dupla negação — em contraste com o outro marcador negativo pós-verbal com as mesmas características definidas por Zanuttini (1995) para os marcadores negativos românicos.

A análise de sentenças com marcadores negativos no PB permite observar a existência de um ciclo semelhante ao Ciclo de Jespersen. Esse ciclo é marcado mais fortemente por duas características: o enfraquecimento do marcador negativo pré-verbal e a ocorrência do marcador pós-verbal, como um

<sup>2</sup>Interpretação dos elementos na tabela: *Non* = marcador negativo forte; *Ne* = marcador negativo forte; *Ne*...*pas* +(x) = enfraquecimento do marcador negativo + (x= palavra adicional); *Ne*...*pas* = enfraquecimento do marcador pré-verbal + marcador negativo; *Ne* +(x)...*pas* = palavra adicional + marcador negativo; *Pas* = marcador negativo.

marcador negativo forte. A essas duas características soma-se a existência de um outro marcador negativo para estruturas com dupla negação, que existe como elemento reforçativo da negação sentencial. Observa-se que a negação pré-verbal segue um processo de enfraquecimento no PB (num), embora ainda ocorra em variação com a forma pré-verbal tônica (não), conforme a análise de Ramos (2006). Analisamos tais fatos como evidência para o desenvolvimento da sintaxe inovadora da negação no PB de acordo com a previsão do Ciclo de Jespersen. Diante das restrições à ocorrência da negação pós-verbal nas sentenças, a hipótese apresentada é a de que a dupla negação seja a forma que demonstra maior estabilidade no PB atualmente, e por esse motivo, o PB estaria situado entre o segundo estágio e o terceiro estágio do ciclo dos marcadores negativos. Originalmente, conforme a proposta de Jespersen (1917), o processo de mudança é apresentado em três etapas. Há outros autores que discutem o processo de mudança dos marcadores negativos e apresentam uma reinterpretação desse processo, adicionando outras etapas (cf. SCHWEGLER, 1988; SCHWENTER, 2006; ZEIJLSTRA, 2004; entre outros).

A realização desse ciclo no PB traz implicações diretas para a sintaxe da negação em sentenças imperativas, conforme se observa em Scherre et al. (2007) e Ferreira Junior (2011), além de estabelecer a definição da forma de aquisição dos parâmetros da negação, como pode ser observado em Fonseca (2010), questões que deixamos para detalhar em estudos futuros.

### Referências bibliográficas

- BIBERAUER, T.; CYRINO, S. Appearances are deceptive: Jespersen's Cycle from the perspective of the Romania Nova and Romance-based Creoles. *Going Romance 23*. Nice: University of Nice, 2009.
- CAVALCANTE, R. *A negação pós-verbal no Português Brasileiro: Análise descritiva e teórica de dialetos rurais de afro-descendentes*. Salvador. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2007.
- FERREIRA JUNIOR, M. N. *A sintaxe da negação em configuração imperativa no português brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Brasília: Universidade de Brasília, 2011.
- FONSECA, H. D. C. A noção *default* e a sintaxe da negação (The default notion and the syntax of negation). *Estudos da Linguagem*. v. 7, n. 2, p. 110-130, 2010.
- JESPERSEN, O. *Negation in English and other languages*, selected writings of Otto Jespersen. London: G. Allen & Unwin, 1917.
- RAMOS, J. O processo não > num na fala. In: RAMOS, J. & VITRAL, L. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFMG, 2006.
- ROBERTS, I. *Diachronic Syntax*. Oxford University Press: Oxford, 2007.
- SCHWENTER, S. A. Fine-Tuning Jespersen's Cycle. In: BIRNER, B. J & WARD, G. (Eds.). *Drawing the Boundaries of Meaning: Neo-Gricean Studies in Pragmatics and Semantics in Honor of Laurence R. Horn*. Amsterdam: Benjamins, 2004.
- SCHERRE, M. M. P; CARDOSO, D. B. B. LUNGUINHO, M. V. & SALLES, H. M. M. L. A. *Reflexões*



- sobre o Imperativo em Português*. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 23, p. 193-241, 2007.
- SCHWEGLER, A. Word-order changes in predicate negation strategies in Romance languages. *Diachronica*. v. 5, p. 21-58, 1988.
- SOUSA, L. T. *Formas reduzidas de itens negativos no Português Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Fale/Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- SOUSA, L. T. *Sintaxe e interpretação de negativas sentenciais no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística). UNICAMP, Campinas, 2014.
- VAN DER AUWERA, J. The Jespersen Cycles. In: GELDEREN, E. (Ed.). *Cyclical Change*. John Benjamim: Amsterdam/Philadelphia, 2009, p. 35-72.
- VITRAL, L. A negação: teoria da checagem e mudança linguística. In: RAMOS, J. & VITRAL, L. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFMG, 2006. ZANUTTINI, R. *Reflexes of clausal structures in the syntax of negation: a comparative study of romance languages*. Georgetown University, 1995.
- ZEIJLSTRA, H. *Sentential negation and negative concord*. Utrecht: LOT Dissertations Series, 2004.

*Squib* recebido no dia 10 de junho de 2015.

*Squib* aprovado para publicação no dia 30 de junho de 2015.

# Null objects in Brazilian Portuguese, revisited

Ezekiel J. Panitz\*

## Abstract

Authors studying the null object in Brazilian Portuguese generally distinguish two classes of sentences: those in which the verb preceding the null object is identical to the verb which precedes the null object's antecedent, and those in which these two verbs are distinct. The present study examines the latter class of sentences. On the basis of novel empirical evidence, it is argued that this class admits two distinct derivations: one, in which the null object is *pro*, and the other, in which the null object is derived via ellipsis. It is further argued that both derivations are available independent of whether the null object is embedded within a coordinate structure.

**Keywords:** Null objects, Brazilian Portuguese, Ellipsis

## Resumo

Autores que investigam o objeto nulo no português brasileiro geralmente distinguem duas classes de sentenças: aquelas em que o verbo que precede o objeto nulo é idêntico ao verbo que precede o antecedente do objeto nulo, e aquelas em que os dois verbos são distintos. O presente estudo examina a última classe de sentenças. Com base em novas evidências empíricas, este trabalho argumenta que esta classe admite duas derivações distintas: uma em que o objeto nulo é *pro*, e outra em que o objeto nulo é derivado por elipse. Adicionalmente, este trabalho argumenta que ambas as derivações estão disponíveis, independentemente de o objeto nulo estar em uma estrutura coordenada.

**Palavras-chave:** Objetos nulos, Português brasileiro, Elipse

Authors studying the null object in Brazilian Portuguese generally distinguish two classes of sentences: those in which the verb preceding the null object is identical to the verb which precedes the null object's antecedent, and those in which these two verbs are distinct.

---

\*University College London, UCL. Doctoral candidate. Recipient of the UCL Graduate Research Scholarship and the UCL Overseas Research Scholarship, *e-mail*: e.panitz.11@ucl.ac.uk. I gratefully acknowledge the following individuals for graciously providing me grammaticality judgements: Cristiany Fernandes, Elisabete Ferreira, Marcelo Ferreira, Elaine Grolla, Marcus Lunguinho, Meiry Peruchi Mezari, and Bruna Moreira. I am indebted to Klaus Abels, Bruna, Cristiany, Elisabete, and Marcus for discussing the null object and related matters with me, and to Klaus, for providing comments on a draft of the present article.

(1) Class #1: Verb-Identical Null Object Sentences

- a. O João assinou os documentos, e a Maria assinou \_\_ também.  
the João signed the documents, and the Maria signed \_\_ too.  
“João signed the documents, and Maria signed \_\_ too.”
- b. O João assinou os documentos antes da Maria assinar \_\_.  
the João signed the documents before of.the Maria to.sign \_\_.  
“João signed the documents before Maria signed \_\_.”

(2) Class #2: Verb-Distinct Null Object Sentences

- a. O João assinou os documentos, e a Maria carimbou \_\_.  
the João signed the documents, and the Maria stamped \_\_.  
“João signed the documents, and Maria stamped \_\_.”
- b. O João assinou os documentos antes da Maria carimbar \_\_.  
the João signed the documents before of.the Maria to.stamp \_\_.  
“João signed the documents before Maria stamped \_\_.”

It is generally agreed that Class #1 involves Verb-stranding Verb Phrase Ellipsis (VVPE), a sub-species of VP Ellipsis in which the verb raises to I<sup>0</sup>, stranding the elided VP.

- (3) O João assinou+I<sup>0</sup> [<sub>VP</sub> t<sub>V</sub> os documentos] e a Maria assinou+I<sup>0</sup> [<sub>VP</sub> t<sub>V</sub> ~~os documentos~~] também.

There is, however, little agreement regarding the proper treatment of Class #2. One source of disagreement concerns the nature of the empty category (hereafter, ‘EC’). Generally, three positions can be discerned: (i) the EC is *pro* (FARRELL, 1990; GALVES, 2001); (ii) the EC is derived via ellipsis (CYRINO, 1994); (iii) the EC is generated under two distinct derivations: one, in which it is *pro*, and the other, in which it is derived via ellipsis (FERREIRA, 2000; MODESTO, 2000).

- (4) a. ... e a Maria carimbou *pro*.  
b. ... e a Maria carimbou ~~os documentos~~.  
c. ... e a Maria carimbou *pro* / ~~os documentos~~.

Furthermore, there is disagreement internal to the third position regarding the extent to which ellipsis is available. Ferreira proposes that the ellipsis option is available when the EC is embedded within a coordinate structure (as in (2a)), but not when it is embedded within a non-coordinate structure (as in (2b)). By contrast, Modesto argues that ellipsis is available in both structures. A final source of

disagreement concerns the nature of the ellipsis operation, itself: for Cyrino, this operation is an instance of DP-ellipsis; for Modesto, it is VVPE.<sup>1</sup>

- (5) a. ... e a Maria carimbou+I<sup>0</sup> [<sub>VP</sub> t<sub>V</sub> ~~os documentos~~]  
 b. ... e a Maria carimbou+I<sup>0</sup> [<sub>VP</sub> t<sub>V</sub> ~~os documentos~~]

In this short article, I present novel empirical evidence in support of the following two claims:

- (6) a. Class #2 sentences admit two distinct derivations: one, in which the EC is *pro*, and the other, in which the EC is derived via ellipsis.  
 b. Both derivations are available in both structures (i.e., coordinate structures and non-coordinate structures).

As to the status of the elliptical operation, itself, (i.e., whether it is DP-ellipsis or VVPE) I must leave the discussion of this important issue for a future occasion.<sup>2</sup>

As an initial argument in support of the claims under (6a) and (6b), consider (7a) and (7b). Three versions of these two sentences are presented: one, in which the second clause contains a pronoun in direct object position, one, in which it contains a repetition of the previous clause's direct object, and one, in which it contains an EC. The pronominal version of (7a) and (7b) allows a strict reading, but not a sloppy reading, whereas the version containing the repetition of the previous clause's direct object allows a sloppy reading, but not a strict reading. Crucially, the version of (7a) and (7b) which contains an EC allows both readings, suggesting that Class #2 sentences admit two derivations: one, in which the EC is *pro*, and one, in which the EC is derived via ellipsis (see (8); also, see the table under (9) for

<sup>1</sup>Cyrino implements the DP-ellipsis operation using an LF-copying approach, along the lines of Fiengo and May (1994). Here and below, I set aside the distinction between copying approaches to ellipsis and deletion approaches and use the term 'ellipsis' in a manner consistent with both approaches.

<sup>2</sup>The majority of the data I present below is compatible with both analyses. The exception is (14b), which provides prima facie evidence against the VVPE analysis. Note, first, that this example contains overt post-verbal material, presumably positioned within the VP. Note, moreover, that the EC in this example can be generated under ellipsis, as will be argued below. Hence, if this example is to involve VVPE, one must maintain that the post-verbal material has overtly raised out of the VP (cf. Lasnik's (1995, 1999) analysis of pseudogapping), a position which would require independent justification. As a further argument against a VVPE account, it is tempting to cite an observation dating back to Cyrino (1994): in Brazilian Portuguese, VVPE is possible only when the verb preceding the elided VP is identical to the verb preceding the antecedent VP. It is currently not clear to me, however, whether this constraint holds for the speakers I have consulted; if it does, though, then the elliptical derivation of Class #2 sentences cannot involve VVPE – at least not for the speakers who have contributed to the present study.

a summary of the reading(s) associated with each version of (7a)/(7b)). Moreover, both derivations are available independent of whether the EC is embedded within a coordinate structure or a non-coordinate structure.<sup>3</sup>

- (7) a. A Maria pintou o cabelo, e/mas a Júlia cortou ele/o cabelo/\_\_.  
 the Maria dyed the hair, and/but the Julia cut it/the hair/\_\_.  
 “Maria<sub>1</sub> dyed her<sub>1</sub> hair, and/but Julia<sub>2</sub> cut it (Maria’s hair)/her<sub>2</sub> hair/her<sub>1/2</sub> hair.”
- b. A Maria pintou o cabelo antes da Júlia cortar ele/o cabelo/\_\_.  
 the Maria dyed the hair before of.the Julia to.cut it/the hair/\_\_.  
 “Maria<sub>1</sub> dyed her<sub>1</sub> hair before Julia<sub>2</sub> cut it (Maria’s hair)/her<sub>2</sub> hair/her<sub>1/2</sub> hair.”
- (8) a. ... Júlia cortou/cortar *pro*. → Strict Reading
- b. ... Júlia cortou/cortar  $\emptyset$ -cabelo. → Sloppy Reading

	Strict Reading	Sloppy Reading
(9) Pronoun	✓	✗
Repeated DP	✗	✓
Empty Category	✓	✓

Additional evidence in support of the claims under (6) comes from (10a) and (10b). The pronominal version of these two sentences gives rise to an E-type reading (i.e., the professor/millionaire decided to buy the apartments that the students had decided to rent); by contrast, the repeated DP version gives rise to a “one apartment” reading (i.e., the professor/millionaire decided to buy one apartment, not all of the apartments). Tellingly, the version containing an EC allows both readings, and it does so in both the coordinate and the non-coordinate structure. Once again, then, the interpretative properties of Class #2

---

<sup>3</sup>The judgements reported in this paragraph are due to four speakers. A fifth speaker produced an identical pattern of judgements, except that for this speaker, the EC version of (7a) allows only the sloppy reading. A sixth speaker similarly produced an identical pattern of judgements, with the exception that for this speaker, the repeated DP version of (7b) additionally allows a strict reading, provided “cortar” is given contrastive focus intonation.

sentences corroborate the claims put forward under (6).<sup>4,5</sup>

- (10) a. Cada (um dos) aluno(s) decidiu alugar um apartamento, e/mas o  
each (one of.the) student(s) decided to.rent an apartment, and/but the  
professor/milionário decidiu comprar eles/um apartamento/\_\_.  
professor/millionaire decided to.buy them/an apartment/\_\_.  
“Each (of the) student(s) decided to rent an apartment, and/but the professor/  
millionaire decided to buy them/an apartment/\_\_ (= them/an apartment).”
- b. Cada (um dos) aluno(s) decidiu alugar um apartamento antes do  
each (one of.the) student(s) decided to.rent an apartment before of.the  
professor/milionário decidir comprar eles/um apartamento/\_\_.  
professor/millionaire to.decide to.buy them/an apartment/\_\_.  
“Each (of the) student(s) decided to rent an apartment before the professor/  
millionaire decided to buy them/an apartment/\_\_ (= them/an apartment).”

	E-type Reading	One-apartment Reading
(11) Pronoun	✓	✗
Repeated DP	✗	✓
Empty Category	✓	✓

As a final argument in support of (6), consider (12a) and (12b).<sup>6</sup> The pronominal version of (12a) and (12b) can be understood as asserting that Maria got all of the questions wrong; call this, the “all

<sup>4</sup>The following two sentences, in which the E-type reading is particularly salient, reinforce the conclusion that Class #2 sentences admit an E-type reading:

- (i) a. Cada (um dos) aluno(s) ia alugar um apartamento, mas o milionário decidiu comprar  
each (one of.the) student(s) would to.rent an apartment, but the millionaire decided to.buy  
\_\_ antes.  
\_\_ before.  
“Each (of the) student(s) would have rented an apartment, but the millionaire decided to buy \_\_ (= them) beforehand.”
- b. Cada (um dos) aluno(s) pretendia alugar um apartamento antes do milionário  
each (one of.the) student(s) intended to.rent an apartment before of.the millionaire  
anunciar que ia comprar \_\_.  
to.announce that would to.buy \_\_.  
“Each (of the) student(s) was intending to rent an apartment before the millionaire announced that he would buy \_\_ (= them).”

<sup>5</sup>The judgements reported in this paragraph are due to four speakers.

<sup>6</sup>The sentences in (12) were each judged against a background context. For (12a): João and Maria took an examination consisting of five questions; João got Questions 1, 2, and 3 right and Questions 4 and 5 wrong. For (12b): João and Maria’s school is holding a geography competition, for which the students have been divided up into two-person teams. The competition’s rules are as follows: first, one member of each team enters the auditorium and completes a questionnaire consisting of five geography questions (e.g., What is the capital of *Sergipe*?). Then, the second member of each team enters the auditorium and completes a questionnaire containing the same five questions. Each team advances to the next round if one or both of its members gets three or more

wrong” reading. The repeated DP version, on the other hand, can be understood as asserting that the set of questions Maria got wrong is partially distinct from the set of questions João got right (hereafter, the “partially distinct sets” reading); in terms of the context provided in fn. 6, João got Questions 1, 2, and 3 right, while Maria got (say) Questions 3, 4, and 5 wrong. Revealingly, the EC version allows both readings, an observation which lends further support to the claims listed under (6).<sup>7,8</sup>

- (12) a. O João acertou a maioria das perguntas, e/mas a Maria errou elas/a  
the João got.right the majority of.the questions, and/but the Maria got.wrong them/the  
maioria das perguntas/\_\_.  
majority of.the questions/\_\_.  
“João got the majority of the questions right, and/but Maria got them/the majority  
of the questions/\_\_ (= them/the majority of the questions) wrong.”
- b. O João acertou a maioria das perguntas depois que a Maria errou  
the João got.right the majority of.the questions after that the Maria got.wrong  
elas/a maioria das perguntas/\_\_.  
them/the majority of.the questions/\_\_.  
“João got the majority of the questions right after Maria got them/the majority  
of the questions/\_\_ (= them/the majority of the questions) wrong.”

---

of the questions correct. Now, suppose that João and Maria are on the same team, that the first round of the competition has just come to a close, and that João has gotten Questions 1, 2, and 3 right and Questions 4 and 5 wrong.

<sup>7</sup>The three versions of (12a) and (12b) also allow a “same set” reading, under which the set of questions Maria got wrong is identical to the set of questions João got right; in terms of the background context provided above, João got Questions 1, 2, and 3 right, and Maria got Questions 1, 2, and 3 wrong. Given that this reading is available in both the pronominal version and the repeated DP version, it cannot be used to probe the status of the EC.

For the sake of thoroughness, I note that although some speakers did not allow the “same set” reading for the pronominal version of (12a), they did allow it for the following sentences.

- (i) a. O editor aprovou a maioria dos artigos, mas a secretária dele arquivou eles junto  
the editor approved the majority of.the articles, but the secretary of.him archived them together  
com os artigos que ele rejeitou.  
with the articles that he rejected.  
“The editor approved the majority of the articles, but his secretary archived them along with the  
articles he rejected.” (Example due to Marcelo Ferreira)
- b. O editor aprovou a maioria dos artigos, mas a secretária arquivou eles junto dos  
the editor approved the majority of.the articles, but the secretary archived them together with.the  
artigos rejeitados.  
articles rejected.  
“The editor approved the majority of the articles, but the secretary archived them along with the  
rejected articles.” (Example due to Elaine Grolla)

<sup>8</sup>The judgements in this paragraph are due to four speakers.

	“all wrong”	“partially distinct sets”
(13) Pronoun	✓	✗
Repeated DP	✗	✓
Empty Category	✓	✓

Summarizing, in this article, I have compared the interpretation of Class #2 sentences with the interpretation of two minimally-differing classes of sentences: those in which the EC is replaced by an overt pronoun, and those in which the EC is replaced by its antecedent, the DP functioning as the direct object of the previous clause. As I have shown, the sentences in Class #2 are systematically ambiguous, with one of their readings identical to the readings produced by the analogous overt pronoun sentences, and the other, identical to those produced by the analogous repeated DP sentences. This finding follows without further assumption if Class #2 sentences admit two derivations in the manner put forward under (6); when the EC is *pro*, the readings associated with the analogous overt pronoun sentences are generated, and when it is elliptical, the readings associated with the analogous repeated DP sentences are generated.

Before closing, a short comment is in order. In this article, I have argued that the elliptical derivation is available in both coordinate and non-coordinate structures. Ferreira (2000, p. 83-86), by contrast, argues that the ellipsis option is available in coordinate structures, but not in non-coordinate structures. Ferreira offers two arguments in support of this conclusion. First, according to Ferreira, Class #2 sentences allow sloppy readings when the EC is in a coordinate sentence, but not when it is in a non-coordinate sentence.

- (14) a. João espera ganhar seu carro no Natal, mas Pedro vai comprar \_\_ antes.  
 João hopes to.win his car on.the Christmas, but Pedro will buy \_\_ before.  
 “João<sub>1</sub> hopes to get his<sub>1</sub> car on Christmas, but Pedro<sub>2</sub> will buy \_\_ (= his<sub>1/2</sub> car) beforehand.” (FERREIRA, 2000, p. 85, citing CYRINO, 1997)
- b. João publicou seu livro pela editora A antes da Maria enviar \_\_ para a  
 João published his book through.the editor A before of.the Maria to.send \_\_ to the  
 editora B.  
 editor B.  
 “João published his book through Publisher A before Maria sent \_\_ (= João’s book/\*Maria book) to Publisher B.” (FERREIRA, 2000, p. 85)

Second, Ferreira notes that the EC in Class #2 sentences can undergo a process reminiscent of vehicle change (FIENGO & MAY, 1994), but only when it is embedded within a coordinate sentence. Thus,



the EC in (15a) can be understood as “a present”, indicating that it has undergone a vehicle change-like transformation from a negative existential to a positive existential. The EC in (15b), on the other hand, can only be understood as a bound variable.

- (15) a. O João não deu nenhum presente pra Maria, mas o Pedro deu \_\_ pra Patrícia.  
the João NEG gave no present to.the Maria, but the Pedro gave \_\_ to.the Patricia.  
“João didn’t give any presents to Maria, but Pedro gave \_\_ (= a present) to Patricia.”
- b. O João não relatou nenhum acontecimento à Maria antes do Pedro relatar  
the João NEG related no happening to.the Maria before of.the Pedro to.relate  
\_\_ à Patrícia.  
\_\_ to.the Patricia.  
“João didn’t relate any happening to Maria before Pedro related \_\_ to Patricia.”  
= There is no x, x a happening, such that João related x to Maria before Pedro related x to Patricia.  
≠ João didn’t relate any happenings to Maria before Pedro related some happening to Patricia.

(FERREIRA, 2000, p. 84)

However, the judgements Ferreira reports for (14b) and (15b) do not seem to be generally shared. Thus, according to the four speakers I consulted, (14b) allows a sloppy reading when it is embedded within the following context, which renders the sloppy reading particularly salient.<sup>9,10</sup>

- (16) *Maria é muito competitiva. Sempre que o João publica algo, ela tenta publicar algo também.*  
Pedro: Coitada da Maria. Ela tem tantas responsabilidades administrativas que quase não tem tempo pra sua própria pesquisa.  
Júlia: Então tá sendo difícil pra ela continuar competindo com o João?  
Pedro: Muito! Ele publicou o livro dele pela editora A antes dela enviar \_\_ para a editora B.

---

<sup>9</sup>For one of the four speakers, (14b) allows a sloppy reading even when a background context is not provided.

<sup>10</sup>Translation of (16):

*Maria is very competitive. Whenever João publishes something, she tries to publish something, too.*

Pedro: Poor Maria. She has so many administrative responsibilities; she barely has any time for her own research.

Júlia: So it’s been hard for her to keep up with João, right?

Pedro: That’s right! He published his book through Publisher A before she sent \_\_ (= her book) to Publisher B.

Note that (14b) contains the pronominal possessive pronoun *seu* ‘his’ whereas the version of (14b) presented in the dialogue contains the postnominal possessive *dele* ‘his’, lit., ‘of him’. In colloquial speech (of which the dialogue is an example), *seu* is generally employed as a second person possessive pronoun, hence the substitution.

Similarly, the four speakers I consulted indicate that (15b) allows vehicle change, provided the example is embedded within an appropriate context. Thus, in the context of the following dialogue, the EC can be interpreted as “some happening”, indicating that vehicle change is available.<sup>11</sup>

(17) *O João estuda na USP, e a namorada dele, Maria, estuda na UnB. Pedro (que é o amigo do João) também estuda na USP, e Patrícia (que é a namorada do Pedro) estuda na UnB.*

*Uma vez por mês, o João e o Pedro vão juntos à UnB para visitar a Maria e a Patrícia. Os rapazes geralmente têm muito pra contar (o João está estudando uma planta rara e sempre tem várias descobertas para contar. O Pedro é amigo de todo mundo e sempre tem várias histórias para contar.) Infelizmente, o João fala demais e nunca deixa o Pedro falar. Desta vez, Pedro pediu para o João deixá-lo falar primeiro, pelo menos por alguns minutos. Depois, ele vai deixar o João falar.*

*Eduardo e Rafael sabem do que Pedro e João tinham combinado.*

Eduardo: E aí? Como foi a viagem do Pedro e do João? O João fez sua parte do compromisso?

Rafael: Fez, sim. Ele não relatou nenhum acontecimento à Maria antes do Pedro relatar \_\_ à Patrícia.

Upon closer inspection, then, the EC in (14b) and (15b) can indeed be generated under ellipsis. Ferreira's examples thus provide further support for the conclusion reached herein, that the ellipsis option may apply in non-coordinate structures.<sup>12</sup>

<sup>11</sup>Translation of (17):

*João studies at USP, and his girlfriend, Maria, studies at UnB. Pedro (who is João's friend) also studies at USP, and Patricia (who is Pedro's girlfriend) studies at UnB.*

*Once a month, João and Pedro go to UnB together to visit Maria and Patricia. The guys generally have quite a lot of things to tell Maria and Patricia. (João is studying a rare plant and always has various discoveries to talk about. Pedro is friends with everyone and always has a lot of anecdotes to share.) Unfortunately, João always talks too much and never gives Pedro a chance to talk. This time around, Pedro told João to let him talk first, at least for a few minutes. Then, he'll let João talk.*

*Eduardo and Rafael know about Pedro and João's agreement.*

Eduardo: So, how was Pedro and João's trip? Did João keep his side of the bargain?

Rafael: Yes, he did. He didn't relate any happenings to Maria before Pedro related \_\_ (= some happening) to Patricia.

<sup>12</sup>Marcelo Ferreira (p.c.) informs me that he does not allow the sloppy reading for (14b), nor vehicle change in (15b), even with the contexts provided in the text. Moreover, he does not allow the “partially distinct sets” reading for the EC version of (12b), though he does for the EC version of (12a). (Recall that the “partially distinct sets” reading diagnoses the ellipsis option.) It is possible, then, that there are speakers of Brazilian Portuguese for whom the ellipsis option is indeed restricted to coordinate structures.

### Referências bibliográficas

- CYRINO, S. *O objeto nulo no português do Brasil: Um estudo sintático-diacrônico*. ("The null object in Brazilian Portuguese: A syntactico-diachronic study."). Doctoral dissertation, UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brazil, 1994. [Reprinted as Cyrino, S. *O objecto nulo no português do brasil: Um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: Editora da UEL, 1997.]
- FARRELL, P. Null objects in Brazilian Portuguese. *Natural Language & Linguistic Theory*, 8, p. 325-346, 1990.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos nulos em português brasileiro*. ("Null arguments in Brazilian Portuguese."). Master's thesis, UNICAMP, Campinas, São Paulo, Brazil, 2000.
- FIENGO, R. & MAY, R. *Indices and identity*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- GALVES, C. O objeto nulo e a estrutura da sentença em português brasileiro ("The null object and the structure of the sentence in Brazilian Portuguese"). In: GALVES, C. *Ensaio sobre as gramáticas do português* ("Essays on the grammar of Portuguese"), p. 73-96, Campinas, São Paulo, Brazil: Editora da Unicamp, 2001.
- LASNIK, H. A note on pseudogapping. In: PENSALFINI, R. & URA, H. (Eds.), *Papers on minimalist syntax*, MIT Working Papers in Linguistics, p. 143-163, 1995. [Reprinted in LASNIK, H. *Minimalist analysis*. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2003.]
- LASNIK, H. Pseudogapping puzzles. In: LAPPIN, S. & BENMAMOUN, E. (Eds.), *Fragments: Studies in ellipsis and gapping* (pp. 141-174). Oxford University Press, 1999. [Reprinted in LASNIK, H. *Minimalist investigations in linguistic theory*, p. 52-82. New York: Routledge, 2003.]
- MODESTO, M. *On the identification of null arguments*. Doctoral dissertation, University of Southern California, Los Angeles, CA, 2000.

*Squib* recebido no dia 13 de junho de 2015.

*Squib* aprovado para publicação no dia 10 de julho de 2015.

# As relativas de grau no PB: uma leitura maximalizadora

*Wagner Luiz Ribeiro dos Santos\**

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir, à luz da Gramática Gerativa, as orações relativas, analisando-as, de maneira inicial, a partir de sua partição em Relativas Existenciais e Relativas de Quantidade, que, a nosso ver, formam as chamadas relativas de grau. Essa classificação traz importantes diferenças semânticas para sua leitura, a leitura maximalizadora. Tendo como base Grosu & Landman (1998), Grosu (2002), Bianchi (2002), Szczegielniak (2012) e De Vries (2002), propomo-nos analisar as chamadas Relativas de Grau do Português Brasileiro, fazendo-o a partir de uma proposta de maximalização do DP-Alvo. De forma geral, entendemos que as orações relativas tomam como escopo o nome relativizado, apresentando uma leitura restritiva, em que o conjunto denotado pelo nome relativizado encontra, com a relativa, uma intersecção. No caso das relativas de grau, a leitura permitida é a de totalidade. Para apresentarmos essa ideia, introduzimos, inicialmente, as características das relativas que perfazem o grupo das relativas de grau, para, em seguida, apresentarmos um início de discussão acerca da maximalização.

**Palavras-chave:** Orações relativas, Interface sintático-semântica; Maximalização

## Abstract

The objective of this squib is to discuss, from the viewpoint of Generative Grammar, relative clauses and, specifically, to propose that Existential Relatives and Quantity Relatives are to be classified as Degree Relatives. This classification is important for our understanding of maximalization. Building upon Grosu & Landman (1998), Grosu (2002), Bianchi (2002), Szczegielniak (2012) and De Vries (2002), we propose to analyze Degree Relatives in BP, beginning this analysis with a proposal regarding the maximalization of Target-DPs. We recognize that relative clauses generally take scope over the relativized head, yielding a restrictive reading in which the relative clause denotes the intersection of two sets: the set denoted by the relativized head and the set denoted by the remainder of the relative clause (i.e., the relative clause, minus the relativized head). In the case of Degree Relatives, the resulting reading is one of totality. In order to present this idea, we begin by presenting the characteristics of the two types of Degree Relatives, so that we may, in turn, discuss the notion of maximality.

**Keywords:** Relative clauses; Syntax-semantics Interface; Maximalization.

---

\*Universidade de Brasília, UnB. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística, *e-mail*: wagner.linguistica@gmail.com.

As orações relativas são um fenômeno sintático-semântico extremamente interessante, tanto do ponto de vista de sua derivação, que vem dominando quase completamente os trabalhos atuais sobre o assunto, quanto do ponto de vista semântico, com classificações e leituras diferenciadas. Por ser, segundo Kenedy (2014), um fenômeno extremamente produtivo nas línguas naturais, as relativas garantem material de trabalho vasto tanto para sintaticistas quanto para semanticistas.

Segundo Bianchi (2002, p. 197), as relativas são sentenças que “funcionam como um modificador sintático complexo, que envolve a abstração sobre uma posição interna da cláusula, conectando-se a constituintes, e modificando-os”.

Kenedy (2003) apresenta a ideia de que, nessas orações, haveria duas classes ou conjuntos: a classe denotada por N (usualmente um NP ou um DP) e a classe denotada pela relativa. É possível perceber essa relação no exemplo (1), a seguir.

(1) A [criança] [que a Maria adora]

O nome [criança] representa uma classe e a relativa denota outra classe [X que a Maria adora]. Logo, percebe-se que há um X tal que Maria adora X. O valor de X só é analisado quando ocorre a intersecção ou a coincidência dos conjuntos: Maria adora X e X = criança. Nesse caso, pode-se dizer, então, que há dois conjuntos envolvidos no processo: um que engloba *as crianças* e outro que engloba *aquela adorada por Maria*. A relação estabelecida entre esses dois conjuntos resultará em uma classificação semântica. Havendo coincidência entre os conjuntos, ou seja, se os conjuntos denotados forem exatamente os mesmos, há a classificação apositiva, enquanto, se houver diferenças e a citada intersecção, haverá a classificação restritiva. No caso da sentença em (1), há uma classificação restritiva.

Para Bianchi (2002), o principal critério para a classificação das relativas é a natureza da relação que se estabelece entre o NP-alvo e a oração. Segundo Grosu & Landman (doravante G&L) (1998), a classificação depende do local no qual se estabelece a interpretação semântica da relação: quando feita de forma externa ao CP, as relativas são classificadas como restritivas ou apositivas; por outro lado, quando interpretadas internamente ao CP, são classificadas como maximalizadoras.

A literatura acerca das Relativas reconhece que, dentre os subtipos desse tipo de oração, estão as chamadas Relativas de Quantidade (RdQ) e as Relativas Existenciais (REx), ambas com inúmeros trabalhos para análise das Relativas na língua inglesa e poucos trabalhos para a análise em português. A seguir, analisaremos as duas subcategorias, destacando suas principais características.

De forma geral, percebemos, até o presente momento, que os dois tipos de Relativas — as RdQ e as REx — compartilham uma série de características semânticas e sintáticas, apresentando, essencialmente, poucas diferenças. Tal fato nos leva a buscar uma análise unificada desses dois tipos de relativas, seguindo G&L (1998), sob o rótulo de Relativas de Grau, ou *Degree*. O que nos motiva, nesse caso, é a leitura de gradação que ambas permitem, mostrando que a totalidade do nome relativizado é o alvo do processo. A seguir, apresentamos as principais características das RdQ e das REx.

As Relativas de Quantidade, ou *Amount Relatives*, foram estudadas, primeiramente, por Carlson (1977) e discutidas de forma mais profunda, quanto ao seu comportamento semântico, por Heim (1987). Tais orações apresentam duas formas de conceituação. Para parte dos estudiosos, como Mória (2013) e McNally (2008), essas relativas têm, em sua predicação, um valor de quantidade com relação ao nome relativizado, ou seja, a relativa apresenta uma noção quantitativa/gradativa desse nome, como é possível perceber a partir dos exemplos abaixo.<sup>1</sup>

- (2) Perdemos a batalha porque não tínhamos, nem de perto nem de longe, os soldados *que o inimigo tinha*.
- (3) Seria preciso vários dias para beber o champanhe *que eles derramaram naquela noite*.

Para outros estudiosos desse fenômeno, as Relativas de Quantidade têm uma dupla identificação em sua leitura: a quantidade envolvida e a substância do nome relativizado. Nos exemplos (2) e (3), para Mória (2013) e McNally (2008), interessa-nos, somente, a leitura da quantidade de soldados (2) e de champanhe (3), envolvida no processo de relativização, visto que “a predicação relevante nestas frases não envolve os indivíduos ou as substâncias específicas mencionadas, mas, antes, as quantidades dessas entidades” (MÓIA, 2014, p. 473). Já para G&L (1998) e Heim (1987), a interpretação das mesmas orações envolveria não somente o valor quantitativo do nome relativizado, mas também sua identidade. Para esses últimos autores, a interpretação da oração depende de fato de serem soldados (2) e champanhe (3). O exemplo (4), a seguir (CARLSON, 1977, p. 528), comporta-se como uma Relativa de Quantidade típica, na visão de Mória (2013) e McNally (2008).

- (4) Marv put everything he could in his pocket  
 Marv colocou tudo ele pôde em seu bolso  
 ‘Marv colocou tudo aquilo que pôde em seu bolso’

<sup>1</sup>Exemplos de McNally (2008 apud Mória, 2013, p. 473).

A leitura de quantidade, independentemente da substância envolvida no nome relativizado [tudo aquilo], ocorre, em (4), porque Marv colocou em seu bolso todas as coisas que ali (“em seu bolso”) cabiam, independente da natureza dessas coisas. Nesse caso, é possível perceber que a entidade envolvida no nome relativizado não está declarada, formando uma relativa que apresenta características exclusivamente quantitativas em sua relação com o nome relativizado.

Nessa esteira, segundo Carlson (1977), as relativas de quantidade têm duas características sintáticas próprias que não são compartilhadas pelas outras subcategorias das relativas, a saber: (i) a utilização exclusiva de determinantes definidos/universais em suas construções com o nome relativizado, como nos mostram os exemplos (5) e (6), retirados de McNally (2008); e (ii) o fato de algumas relativas de quantidade não aceitarem ser realizadas, em algumas variantes inglês, com os relativos *which* e *who*, por exemplo, sempre preferindo a realização com *that*.<sup>2</sup> Essa particularidade será aproveitada por G&L na construção de sua argumentação com relação à leitura de grau unificada, uma vez que as *Degree* também rejeitam construção com os dois pronomes: *which* e *who*. Vale ressaltar que, para o português, não há diferença de uso de pronomes relativos, preferindo-se, a realização do pronome *que*, sendo o pronome *quem* (*who*) também proibido nesse tipo de construção.

- (5) Max put many things that he could in his pocket  
Max colocou muitas coisas que ele pôde em seu bolso  
'Max colocou muitas coisas que pôde em seu bolso'
- (6) It would take days to drink some champagne they spilled that evening  
EXP iria levar dias beber algum champagne eles derramaram aquela noite  
'Levaríamos dias para beber um pouco do champanhe que eles desperdiçaram naquela noite'

Em (5), percebe-se que não seria possível a realização sem o determinante, como demonstrado em (7), o mesmo acontecendo com o exemplo (6), que, sem o acréscimo do determinante, mostra-se agramatical, como demonstrado em (8):

- (7) \*Max coloca coisas que conseguiu em seu bolso.
- (8) \*Levaríamos dias para beber champanhe que eles desperdiçaram naquela noite.

As relativas existenciais, por sua vez, são aquelas que apresentam verbos que denotam existência, como o próprio nome propõe. São as chamadas, por Carlson (1977) e Heim (1987), relativas com *there*

---

<sup>2</sup>Os exemplos (5) e (6) são originais de Carlson (1977, p. 528). Na glosa do exemplo (6), EXP = expletivo.

*insertion*, com a variação de inserção do *there be*, ou seja, aquelas em que se acresce o verbo *have* (em tradução para o português). Segundo esses autores, no inglês, esse tipo de oração rejeita a derivação com o pronome *which*, ocorrendo, somente, com o pronome *that*. São orações que também denotam quantidade, com a diferença, para as RdQ, de apresentarem identificação da substância envolvida no processo de relativização. Necessariamente, nesse caso, leva-se em conta a quantidade envolvida, bem como sua natureza, sua substância.

No caso do português, há variação quanto ao uso do verbo encontrado nas existenciais, visto que há três principais verbos que concorrem, no português brasileiro, quando a semântica é existencial: *have*, usado em contextos cada vez mais restritos; *ter*, usado de forma mais corriqueira; e *estar*, em determinados contextos. É o que ocorre em (9) e (10).<sup>3</sup>

(9) O estudante derramou a água que tinha/havia/estava na garrafa.

(10) Eu trouxe comigo os livros que tinha/havia/estavam sobre a mesa.

Segundo G&L (1998), seguindo Carlson (1977), orações existenciais apresentam características semelhantes às RdQ. Elas também ocorrem com derivação que envolva nomes determinados e, como as de quantidade, aceitam a inserção de quantificadores universais, como é possível observar a seguir.

(11) Eu trouxe comigo *todos/os* livros que *havia* sobre a mesa.

(12) Eu trouxe comigo livros que *havia* sobre a mesa.

Em (11), temos uma leitura diferente da encontrada em (12). Na primeira, há uma leitura de quantificação máxima, enquanto, na segunda, uma leitura de referencialidade, importante distinção para as relativas de grau, que, como visto anteriormente, podem ocorrer com o quantificador universal *todos*.

As orações relativas são classificadas, tradicionalmente, em duas formas distintas: as relativas restritivas e as relativas apositivas/explicativas. Na visão de Bianchi (2002, p. 197), a restritiva “é interpretada como um modificador intermediário entre o NP-alvo e a oração, possibilitando a restrição”. Em outras palavras, haveria dois conjuntos distintos: um representado pelo NP-alvo e outro pela relativa. A intersecção entre eles determinaria a classificação como restritiva, como se pode notar em (13).

(13) A professora conversou com os colegas que não se saíram bem nas avaliações dos alunos.

---

<sup>3</sup>O exemplo (10) é uma tradução livre do exemplo retirado de Grosu & Landman (2008, p. 128).



Em (13), a restrição seria interpretada como: do conjunto de colegas possíveis, há somente alguns colegas procurados pela professora para conversar — aqueles que não se saíram bem nas avaliações dos alunos —, fato que restringiria o NP-alvo da relativização. A restrição seria causada pela noção de que há, entre os dois conjuntos, uma intersecção. Percebe-se, então, que a compreensão da sentença depende da análise tanto do NP-Alvo quanto da informação trazida pela relativa.

A relativa apositiva, por sua vez, “modifica todo o NP-alvo, não contribuindo para a restrição” (BIANCHI, 2002, p. 197). Nesse caso, há uma coincidência entre os dois conjuntos: o conjunto todo do NP-alvo é relativizado, pela mesma totalidade encontrada na relativa, como em (14). A noção de igualdade, em português, é trazida pela utilização de vírgulas, que representam uma pausa na entonação da leitura da relativa.

(14) A professora conversou com os colegas, que não se saíram bem nas avaliações dos alunos.

Em (14), os conjuntos denotados, tanto pelo DP-alvo [os colegas] quanto pela relativa [que não se saíram bem nas avaliações dos alunos], seriam os mesmos, ou seja, o conjunto de colegas é exatamente igual ao dos que não se saíram bem nas avaliações. Discursivamente, compreendem-se os dois conjuntos como iguais. Para G&L (1998), haveria, aí, uma relação anafórica, visto que a relativa é correferencial ao NP-Alvo.

Segundo G&L (1998), há um terceiro tipo de classificação das orações relativas, as chamadas, pelos autores, *relativas maximalizadoras*. Tal classificação entraria em concorrência com a classificação restritiva que normalmente é atribuída às relativas de grau, visto que há, na visão da literatura tradicional, uma intersecção entre os conjuntos, como discutido anteriormente.

Segundo G&L (1998), as relativas maximalizadoras são assim classificadas em razão da semântica do determinante externo, do tipo do operador relativo (elemento-QU) e da posição relativizada. Tais orações transmitiriam uma relação de gradação do constituinte que está sendo relativizado e identificariam a quantidade envolvida, bem como sua substância. É possível perceber, entretanto, que as REx e as RdQ, apesar de apresentarem, segundo Mória (2013) e McNally (2008), diferenças quanto à referencialidade de quantidade e substância, apresentam leitura de gradação dos nomes relativizados, podendo, ambas, ser classificadas como *relativas de grau*, como é possível perceber nos exemplos a seguir.

(15) O aluno derramou a água *que havia/tinha/estava na garrafa do professor*.

(16) Eu li os livros *que havia/tinham/estavam sobre a mesa da sala*.

(17) Ficamos surpresos com os visitantes *que o museu recebeu no último mês*.<sup>4</sup>

As relativas em destaque nos exemplos (15), (16) e (17) referem-se à quantidade dos nomes relativizados, dando-lhes leitura de *maximalização*, visto que, nesses exemplos, não se quer destacar, no universo do discurso, um subconjunto compartilhado entre relativa e o nome relativizado. Em (15), por exemplo, não é possível a interpretação de que, “do universo de água existente, aquela que foi derramada era a que estava na garrafa do professor”, mas sim que toda a água que estava na garrafa foi derramada, ligando-se, então, à ideia de gradação.

Para G&L (1998) e Szczegielniak (2013), o núcleo nominal relativizado seria interpretado dentro da própria sentença relativa, de onde teria sido alçado o DegP que o contém, não realizado foneticamente, pois há uma determinada variável que determina ou aponta a gradação do núcleo externo à relativa, forçando-a à maximalização. Esse DegP seria a expressão [*d many X*], encontrada no interior da relativa de grau e que, de sua posição de base — variável quanto à construção relativa de sujeito ou de objeto —, seria alçado para Spec-CP, a fim de ser relativizado. Segundo G&L (1998, p. 129), em (16), “(a expressão *d many livros*) é interna ao CP, sendo *d* o conjunto de todas as gradações (*d*) tal que existe uma soma (quantidade) de *d many livros* em cima da mesa”.

Na visão dos autores, algumas formas relativas apresentariam a relação de gradação quando em contato com determinados NPs-Alvo. Seriam algumas delas as que determinam quantidade, substância, eventos. G&L (1998) reconhecem que as relativas de grau apresentam-se como maximalizadoras por não destacarem, no discurso, restrição de um conjunto mais amplo, mas por apresentarem a noção de que TODOS os elementos com os quais se relacionam são relativizados. Assim, da ideia de quantidade e conteúdo juntos, surge a classificação em maximalizadoras, como percebido em (18), a seguir.

(18) Eu trouxe comigo os três livros que havia *ec* ali na mesa.<sup>5</sup>

A presente pesquisa busca apresentar uma visão unificada entre as RdQ e as REx. Nossa proposta é a de que a interpretação dessas duas classes se dá de maneira similar, perfazendo um conjunto de relativas denominadas *Relativas de Grau* (do inglês, *Degree Relatives*), seguindo a postulação de Grosu & Landman (1998), para as relativas *Degree* do inglês. Entendemos, então, que a interpretação similar

<sup>4</sup>Adaptado de Mória (2013, p. 479).

<sup>5</sup>Exemplo de G&L (1998, p. 129).

dessas relativas permite uma formalização unificada, com diferenças que contribuem para leituras diferentes, mas sem alterar significativamente sua análise sintática.

Três problemas surgem para a discussão da unificação das RdQ e das REx como relativas de grau: a variação dos verbos existenciais em português, não discutido, aqui, pela brevidade do *squib* (refiro-me à concorrência entre os verbos haver/estar/ter como existenciais); a possibilidade de leitura maximalizadora em relativas que apresentam nomes relativizados sem artigos definidos; e, por fim, a natureza do nome relativizado, entre nomes contáveis e não contáveis. Tais problemas estão sendo discutidos e a pesquisa para a tentativa de resolução permanece em andamento.<sup>6</sup>

Além da proposta de unificação de leitura que buscaremos apresentar, ainda resta a necessidade de uma formalização para a derivação desse tipo de relativa, buscando entender como, na construção dessas relações semânticas indicadas anteriormente, age a sintaxe das línguas, especialmente, a sintaxe do português. Esses são desafios a serem vencidos no decorrer da pesquisa.

### Referências bibliográficas

- BIANCHI, V. Headed relative clauses in generative syntax — Part I. *Glott International*, v. 6, n. 7, p. 197-204, September 2002.
- CARLSON, G. Amount relatives. *Language*, n. 53, p. 520-542, 1977.
- DE VRIES, M. *The Syntax of Relativization*. Utrecht: Lot, 2002.
- GROU, A. & LANDMAN, F. Strange relatives of the third kind. *Natural Language Semantics*, v.6, p. 125-170, 1998.
- HEIM, I. Where does the definiteness restriction apply? Evidence from the definiteness of variables. In: REULAND, E. & TER MEULEN, A. G. B. (Eds.) *The representation of (in)definiteness* Cambridge, Mass.: MIT Press, 1987, p. 21-42.
- KENEDY, E. *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- KENEDY, E. Estruturas Sintáticas de Orações Relativas. In: BISPO, E. B. & DE OLIVEIRA, M. R. (Orgs.) *Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas*. Niterói: Editora da UFF, 2014.
- McNALLY, L. DP-Internal only, amount relatives, and relatives out of existentials. *Linguistic Inquiry*, v. 39, n. 1, p. 161-169, 2008. Disponível em: <[http://www.upf.edu/pdi/louise-mcnally/\\_pdf/publications/McNally\\_amtrels.pdf](http://www.upf.edu/pdi/louise-mcnally/_pdf/publications/McNally_amtrels.pdf)>. Acesso em: 14 de abril de 2015.
- SZCZEGIELNIAK, A. Degree phrase raising in relative clauses. In: Camacho-Taboada, Victoria, Ángel L. Jiménez-Fernández, Javier Martín-González and Mariano Reyes-Tejedor (Eds.) *Information Structure and Agreement*, vi, 376, 2013, p. 255-274.

*Squib* recebido no dia 14 de junho de 2015.

*Squib* aprovado para publicação no dia 06 de agosto de 2015.

---

<sup>6</sup>Problemas apontados durante a apresentação deste trabalho na 3ª edição do Tardes Gerativas (Lefog/UnB).

# Raízes: primitivos sintáticos defectivos

Vitor Augusto Nóbrega\*

## Resumo

Trabalhos recentes sobre a composição defendem que compostos primários não-composicionais são formados a partir de duas raízes nuas diretamente combinadas na sintaxe (ZHANG, 2007; BAUKE, 2014; DE BELDER, 2015). Tal assunção, inerentemente associada à abordagem marantziana para múltiplos Spell-Out, tem consequências indesejáveis para um modelo não-lexicalista de gramática e introduz uma série de custos computacionais no espaço combinatorial. Neste trabalho, argumentamos que a raiz é um primitivo sintático defectivo e que sua natureza defectiva exige, imprescindivelmente, sua combinação a um núcleo categorizador ou a um feixe de traços gramaticais, levando a uma alternância léxico-gramatical obrigatória na sintaxe.

**Palavras-chave:** Raízes, Merge, Composição

## Abstract

Recent studies on compounding argue that non-compositional root compounds are made up of two bare roots directly merged in syntax (ZHANG, 2007; BAUKE, 2014; DE BELDER, 2015). Such assumption, inherently associated to a Marantzian approach to multiple Spell-Out, has some undesirable consequences to a non-lexicalist approach to grammar, and introduces a handful of computational costs in the combinatorial space. In this work, we claim that a root is a defective syntactic primitive, and its defective nature requires it to be indispensably merged with a category-assigning head or with a bundle of grammatical features, leading to an obligatory lexical-grammatical alternation in syntax.

**Keywords:** Roots, Merge, Compounding

Raízes não são entidades sintáticas convencionais. No que se segue, argumentamos que as raízes são primitivos sintáticos defectivos, e que sua defectividade exige a concatenação a um núcleo categorizador

---

\*Universidade de São Paulo, USP. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral, *e-mail*: vitor.augusto.nobrega@usp.br. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento concedido à minha pesquisa de doutorado, da qual o presente *squib* é parte (processo 160605/2014-8). Agradeço também ao Phoevos Panagiotidis e à Hagit Borer pelas valiosas contribuições dadas a este trabalho.

a fim de que se tornem manipuláveis no componente sintático e legíveis nas interfaces fonética (PF) e semântica (LF) da gramática. Devido à sua natureza defectiva, raízes não detêm a propriedade (a) de projetar seus próprios sintagmas, (b) de selecionar argumentos, e, principalmente, (c) raízes não se combinam umas às outras dando origem a novos objetos sintáticos, tais como compostos.

Desde Marantz (1996, 1997), as categorias lexicais ‘nome’, ‘verbo’ e ‘adjetivo’ deixaram de ser previamente especificadas nos itens lexicais em um léxico pré-sintático.<sup>1</sup> Nas abordagens não-lexicalistas, em especial, a Morfologia Distribuída (MD), as raízes são primitivos que carecem de especificação categorial, sendo associadas a uma categoria lexical sintaticamente, através da combinação a um núcleo categorizador (e.g., *v*, *n* ou *a*). Uma vez que não contêm informação categorial, as raízes são definidas ontologicamente como um primitivo sintático destituído de traços gramaticais, possibilitando, assim, que elas sejam combinadas a qualquer informação categorial.<sup>2</sup>

Esse é o ponto central da discussão. Tendo em mente que as raízes são primitivos sintáticos destituídos de traços gramaticais, assumimos que elas são invisíveis para as operações sintáticas, visto que a sintaxe manipula somente os traços gramaticais fornecidos pela Gramática Universal. Torna-se inviável, conseqüentemente, admitir que as raízes desempenhem uma série de papéis funcionalmente atrelados a traços gramaticais, ou que as raízes contenham propriedades relacionadas a uma categoria lexical particular. Assim, para que a sintaxe seja capaz de manipular raízes a fim de expressar conceitos, é imprescindível que as raízes sejam combinadas a um núcleo categorizador. A categorização satura a defectividade computacional da raiz ao concatená-la a traços gramaticais, e, por conseguinte, faz com que as raízes se tornem visíveis no componente sintático, satisfazendo, integralmente, a *Categorization Assumption* estipulada por Embick e Marantz (2008).<sup>3</sup>

Tomemos, inicialmente, a propriedade (a). Para alguns autores, as raízes operam como entidades sintáticas convencionais, sendo capazes de nuclear constituintes sintagmáticos e de projetar seus próprios sintagmas (cf. MARANTZ, 2000, 2006; HARLEY, 2009, 2014). Entretanto, levando-se em consideração

---

<sup>1</sup>Na realidade, a assunção de que as raízes não contêm informação categorial nasce em Chomsky (1970). O autor sugere que alguns itens “vem com uma escolha quanto aos traços associados às categorias lexicais (1970, p. 190, tradução nossa)”, com o intuito de explicar a formação das nominalizações derivadas. Entretanto, a ideia só é desenvolvida a partir dos trabalhos de Marantz.

<sup>2</sup>É válido mencionar que não há um consenso sobre quais outros traços estão codificados como informação intrínseca às raízes, por exemplo, se as raízes contêm traços fonológicos (cf. EMBICK, 2010; BORER, 2013) e/ou traços semânticos (cf. ARAD, 2003).

<sup>3</sup>*Categorization Assumption*: “Raízes precisam receber uma categoria: elas não podem ser inseridas livremente na sintaxe”. (EMBICK; MARANTZ, 2008, p. 6, tradução nossa).

que as raízes não contêm informações sintáticas legíveis, elas não podem, por si só, projetar. Por essa razão, não podemos admitir que exista um “RaizP” (e.g., [ $\sqrt{P}$   $\sqrt{P}$  DP]), pois não há traços gramaticais codificados na raiz que permitam que ela figure como núcleo de um sintagma, e que ela seja responsável por rotular a estrutura sintática em que está inserida (ACQUAVIVA, 2009).

Da mesma forma, não é possível admitir que as raízes selecionam argumentos (contra MARANTZ, 1997; EMBICK, 2004; PUNSKE, 2012; HARLEY, 2014), como mencionado na propriedade (b). Essa assunção contraria a própria operacionalidade da raiz no ambiente computacional. Como é bem sabido, a MD assume que as mesmas operações responsáveis por derivar sentenças (viz., *Merge*, *Move*, *Agree*) são também responsáveis por derivar a estrutura interna das palavras. Assim sendo, quais são os traços que estão em jogo na operação *Agree* responsável por concatenar um núcleo categorizador a uma raiz, tendo em vista que a concatenação de dois objetos sintáticos ocorre como uma relação de *Agree*, analogamente a uma relação de sondagem (cf. CHOMSKY, 2000)?

Percebamos que não fica claro, do ponto de vista computacional, como uma raiz seleciona (e se concatena a) um complemento DP/NP, uma vez que a raiz não é capaz de entrar em relações de valoração de traços. Além disso, a assunção de que as raízes tomam argumentos restringe seu caráter acategorial ao atribuir a elas características verbais, uma vez que a seleção de argumentos implica a presença de um núcleo verbal, e, por conseguinte, de um núcleo categorial. Evidências são apresentadas por Alexiadou e Grimshaw (2008), que apontam que somente nomes relacionados a um determinado verbo podem conter uma estrutura argumental. Desse modo, apenas núcleos funcionais (e.g., núcleos categorizadores), partículas e *small clauses* têm a capacidade de introduzir argumentos (ALEXIADOU, 2014, p. 288).

Já a propriedade (c) decorre das estipulações de localidade apresentadas em Marantz (2001, 2006) e Arad (2003, 2005). Arad (*op. cit.*) argumenta que as raízes são radicalmente subespecificadas semanticamente, e que seu significado é negociado quando uma raiz se combina a um núcleo categorizador. É nesse momento da derivação que significados idiossincráticos e não-composicionais podem ser atribuídos às raízes. Em um modelo de derivação por fases, tal como o desenvolvido por Marantz (2001, 2006), o que temos é o seguinte: a raiz é enviada para as interfaces, PF e LF, logo após serem categorizadas, e o significado que é atribuído — idiossincrático ou não — mantém-se por toda a derivação.

Tendo em mente que compostos são formados por, no mínimo, duas raízes, e que frequentemente

expressam um significado não-composicional (e.g., *casca grossa*, *samba-canção*, *quebra-galho*), uma série de trabalhos vêm defendendo que compostos resultam da combinação de duas raízes categorialmente nuas, as quais são categorizadas por um único núcleo categorizador. O intuito é permitir que as raízes sejam enviadas para as interfaces em conjunto, recebendo uma única interpretação (cf. ZHANG, 2007; BAUKE, 2014; DE BELDER, 2015). Porém, uma série de efeitos colaterais indesejáveis emergem ao se postular que duas raízes podem se combinar.

Primeiramente, se a operação *Merge* é desencadeada por valoração de traços, raízes nunca se concatenariam umas às outras, já que não contêm traços gramaticais. Para resolver esse impasse, poderíamos assumir que a operação *Merge* ocorre livremente na gramática, e que, por esse motivo, raízes categorialmente nuas são combinadas umas às outras. No entanto, a existência de sufixos com seleção categorial e as diferentes interpretações presentes entre os membros de um composto evidenciam que um único *Merge*, que se aplica livremente, não seria capaz de explicar as diferentes relações gramaticais atestadas entre os objetos sintáticos.

Por exemplo, o sufixo *-able*, do inglês, seleciona somente núcleos verbais para formar adjetivos (e.g., *forget(t)-able* ‘esquecível’). Opostamente, o sufixo *-ful* toma como complemento tanto itens verbais quanto itens nominais para desempenhar a mesma função (e.g.,  $v \rightarrow a$ : *forget-ful* ‘esquecido’,  $n \rightarrow a$  *peace-ful* ‘pacífico’). Levando-se em consideração que a MD é um modelo realizacional de gramática, tanto *forgettable* quanto *forgetful* terão a mesma estrutura sintática (viz.,  $[a [v \sqrt{\text{FORGET}}]]$ ), em que *-able* e *-ful* são Itens de Vocabulário (IV) passíveis de preencher o nó terminal adjetival. Assim, como determinar a distribuição desses IVs e permitir, ao mesmo tempo, que tanto *forgettable* quanto *forgetful* possam ser gerados pela gramática?

Restringindo nossos primitivos aos categorizadores marantzianos, ou seja, sem assumir primitivos sintáticos adicionais, como os C-funtores propostos no modelo exoesqueletal (BORER, 2013), podemos admitir que a distribuição de *-able* e *-ful* está intrinsecamente relacionada ao modo como a operação *Merge* se aplica ao concatenar o categorizador adjetival à estrutura sintática. Uma vez que *-able* apresenta uma seleção estrita, sugerimos que ele é concatenado à estrutura via *set-Merge* (cf. CHOMSKY, 2000), através da valoração de um traço categorial verbal, ao passo que *-ful* é concatenado livremente, devido à sua liberdade de concatenação. Dessa forma, a regra presente no IV de *-able* é especificada com relação a um traço verbal valorado, enquanto que o IV de *-ful* é menos marcado e será inserido nos demais contextos. Isso evidencia que a assunção de um *Merge* exclusivo — que se aplica livremente e

do mesmo modo — trará complicações para o preenchimento dos IVs no ramo de PF.

Problemas também são atestados no ramo de LF. De acordo com Nóbrega (2014), a natureza da operação *Merge* — seja *set-Merge* ou *pair-Merge* — é o que determina as diferentes interpretações presentes entre os membros de um composto (viz., subordinação: *limpa-vidros*; atribuição: *peixe-espada*; coordenação: *ator-diretor*). Se assumirmos um *Merge* subespecificado que se aplica livremente, não será possível determinar as diferentes relações gramaticais internas à composição, uma vez que seus membros constituintes serão combinados da mesma forma. Por exemplo, compostos de mesma combinação categorial que apresentam diferentes interpretações terão a mesma estrutura sintática (e.g., um composto NN atributivo: *banana-maçã* vs. um composto NN coordenado: *pastor-deputado*), e sua interpretação deverá emergir de modo *ad hoc* em algum outro ponto da gramática, uma solução altamente indesejável.

O que notamos, portanto, é que não basta redefinir a natureza da operação *Merge* a fim de possibilitar que duas raízes categorialmente nuas se combinem. Ao fazer isso, deixamos de explicar uma série de fenômenos relacionados à formação sintática das palavras, e, certamente, outros fenômenos relacionados à formação das sentenças (cf. RIEMSDIJK, 2006). Fica evidente, desde início, que a concatenação direta entre duas raízes leva à perda de um sistema sintático operacionalmente uniforme, ao ter que postular um *Merge* subespecificado para esses contextos (cf. ZHANG, 2007). Levando-se em consideração os dados discutidos acima, o que temos, na verdade, são evidências de que a sintaxe apresenta mais de um tipo de aplicação da operação *Merge*, e tais tipos têm reflexos consideráveis em ambas as interfaces da gramática.

Além dos problemas combinatoriais, temos que ter em mente que a concatenação de duas raízes exigirá que uma delas projete. Tal assunção é avessa ao modo como a computação sintática se processa, pois, conseqüentemente, teríamos que postular que a projeção pode ocorrer independentemente de traços gramaticais nesses ambientes. Essa alternativa enfraquece metodologicamente o poder explicativo da teoria, pois apela a estratégias locais que não são atestadas na sintaxe sentencial. Em paralelo a esse problema de projeção, dois outros problemas emergem, a saber: (i) como determinamos qual das raízes projeta nesses casos?, e, tendo em mente que a nuclearidade desempenha um papel fundamental na interpretação dos compostos (cf. GUEVARA; SCALISE, 2009), (ii) como determinamos o núcleo dos compostos formados pela combinação de duas raízes nuas?

Mais problemas podem ser apontados. Um deles diz respeito à aplicação de acento nos compostos. De acordo com Marvin (2002), a raiz é enviada para as interfaces logo que se concatena a um núcleo



categorizador — num modelo de derivação por fases à la Marantz —, e, em PF, ela recebe uma marcação de acento que será preservada por toda a derivação. Se assim for, seria esperado que todos os compostos contivessem um único acento primário, já que suas duas raízes seriam categorizadas de uma só vez. No entanto, há uma grande quantidade de línguas em que compostos apresentam mais de um acento primário, tais como as línguas românicas, algumas línguas germânicas e o grego moderno (cf. NESPOR, 1999), enfraquecendo ainda mais tal proposta.

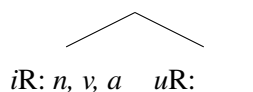
A combinação de duas raízes categorialmente nuas também representa um problema para a distribuição de informações morfológicas específicas a uma categoria lexical particular, por exemplo, a distribuição de morfemas verbais e nominais em compostos VN. Se tomarmos os compostos VN do português brasileiro, e admitirmos que eles são formados através da concatenação de duas raízes, será impossível determinar a distribuição de suas vogais temáticas verbais e nominais, por exemplo,  $[[bat-e]_v [pap-o]_n]$ ;  $[[tir-a]_v [mof-o]_n]$ .<sup>4</sup> Não há nada na raiz que determine sua categoria lexical, e, portanto, distribuir morfemas verbais e nominais nesses dados torna-se uma tarefa totalmente arbitrária.

Em resumo, raízes são primitivos sintáticos defectivos, pois exigem a combinação a um núcleo categorizador a fim de se tornar manipuláveis no espaço computacional. Panagiotidis (2015) demonstra que a categorização é uma exigência imposta pelas interfaces, argumentando que raízes categorialmente nuas não são legíveis na interface conceitual-intencional. Ademais, a necessidade de se intercalar camadas lexicais a camadas gramaticais encontra evidências na própria emergência da linguagem humana na evolução. Vocalizações de alarme de primatas não-humanos, as quais são associadas à camada lexical da estrutura sintática (i.e., às raízes), não permitem, da mesma forma, combinações sequenciais, diferentemente da camada expressiva/gramatical, que é associada aos traços gramaticais (NÓBREGA; MIYAGAWA, 2015).

Por fim, para garantir que a raiz se torne visível no espaço computacional, assumimos com Nóbrega (2014) que as raízes contêm um traço de borda responsável por possibilitar sua concatenação a um núcleo categorizador, tal como ilustrado em (1).

---

<sup>4</sup>Estamos admitindo que as vogais finais dos verbos em questão são vogais temáticas. Não há consenso na literatura sobre a natureza dessas vogais, ou seja, se são marcas de 3p.sg., ou marcas aspectuais. Entretanto, independentemente da análise que se assume, o argumento apontado se mantém.

(1) *Categorização de uma raiz*

Na visão do autor, a assunção de um traço de borda exige, necessariamente, que as raízes se concatenem a um feixe de traços gramaticais a fim de se tornarem um objeto sintático manipulável e visível. Dessa forma, se o único traço que a raiz possui é o traço de borda, então, ela não apresenta condições sintáticas necessárias (a) para projetar um sintagma, (b) para selecionar um complemento DP/NP, já que o traço de borda entra em uma relação de *Agree* somente com outro traço capaz de valorá-lo (viz., um traço *iR* presente em um núcleo categorizador), e (c) para se combinar a outra raiz, dando origem a novos objetos sintáticos.

**Referências bibliográficas**

- ACQUAVIVA, P. *Roots and Lexicality in Distributed Morphology*. Manuscrito. University College Dublin/Universitat Konstanz, 2009.
- ALEXIADOU, A. Roots don't take complements. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 287-297.
- ALEXIADOU, A.; GRIMSHAW, J. Verbs, nouns and affixation. *SinSpec*, v. 1, 2008, p. 1-162.
- ARAD, M. Locality constraints on the interpretation of roots: The case of Hebrew denominal verbs. *NLLT*, v. 21, 2003, p. 737-778.
- ARAD, M. *Roots and Patterns: Hebrew Morpho-syntax*. Studies in Natural Language and Linguistic Theory. Amsterdam: Springer, 2005.
- BAUKE, L. S. *Symmetry breaking in the syntax and the lexicon*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2014.
- BORER, H. *Taking Form: Structuring Sense*. Vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (Eds.) *Readings in English Transformational Grammar*. Waltham, MA: Ginn and Company, 1970, p. 184-221.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor to Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.
- DE BELDER, M. The root and nothing but the root: primary compounds in Dutch. *Syntax*, 2015.
- EMBICK, D. *Localism versus Globalism in Morphology and Phonology*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.
- GUEVARA, E.; SCALISE, S. Searching for universals in compounding. In: SCALISE, S.; BISETTO, A.; MAGNI, E. *Universals of Language Today*. Amsterdam: Springer, 2009, p. 101-128.
- HARLEY, H. The morphology of nominalizations and the syntax of vP. In: GIANNAKIDOU, A.; RATHERT, M. (Eds.) *Quantification, Definiteness, and Nominalization*. Oxford: OUP, 2009, p. 320-342.
- HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n.3/4, 2014, p. 225-276.
- MARANTZ, A. *Cat as a phrasal idiom*. MIT. Manuscrito. 1996.
- MARANTZ, A. No Escape from Syntax: Don't try Morphological Analysis in the privacy of your own

- Lexicon. In: DIMITRIADIS, L. S.; SUREK-CLARK, C.; WILLIAMS, A. *Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium*. Philadelphia: UPenn Working Papers in Linguistics, 1997, p. 201-225.
- MARANTZ, A. *Words*. MIT. Manuscrito. 2000.
- MARANTZ, A. *Phases and Words*. NYU. Manuscrito. 2006.
- MARVIN, T. *Topics in the Stress and Syntax of Words*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística) – MIT, Cambridge, 2003.
- NESPOR, M. Word stress. In: van der HULST, H. (ed.) *Word Prosodic Systems in the Languages of Europe*. Berlim, Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 1999, p. 1-115.
- NÓBREGA, V. A. *Tópicos em Composição: Estrutura, Formação e Acento*. 2014. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NÓBREGA, V. A.; MIYAGAWA, S. The precedence of syntax in the rapid emergence of human language in evolution. *Front. Psych.* 6:271. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00271
- PANAGIOTIDIS, P. *Categorical Features: A generative theory of word class categories*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- PUNSKE, J. *Aspects of the internal structure of nominalization: roots, morphology and derivation*. 2012. Tese (Doutorado em Linguística), Tucson, Universidade do Arizona, 2012.
- RIEMSDIJK, H. V. Grafts follow from merge. In: FRASCARELLI, M. (ed.) *Phases of Interpretation*. Berlim: Mouton de Gruyter, 2006, p. 17-44.
- ZHANG, N. Root Merger in Chinese Compounds. *Studia Linguistica*, v. 61, n. 2, 2007, p. 170-184.

*Squib* convidado, recebido no dia 14 de junho de 2015.